

Diário do Legislativo de 22/10/2005

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Mauri Torres - PSDB

1º-Vice-Presidente: Deputado Rêmoló Aloise - PSDB

2º-Vice-Presidente: Deputado Rogério Correia - PT

3º-Vice-Presidente: Deputado Fábio Avelar - PTB

1º-Secretário: Deputado Antônio Andrade - PMDB

2º-Secretário: Deputado Luiz Fernando Faria - PP

3º-Secretário: Deputado Elmiro Nascimento - PFL

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 63ª Reunião Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura

1.2 - 64ª Reunião Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura

1.3 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATAS

ATA DA 63ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, EM 19/10/2005

Presidência dos Deputados Fábio Avelar e Luiz Fernando Faria

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Discussão e Votação de Proposições: Inexistência de quórum especial para votação de proposta de emenda à Constituição - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.726/2005; aprovação - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.564/2004; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.848/2004; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.095/2005; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.264/2005; discursos dos Deputados Laudelino Augusto e João Leite; encerramento da discussão; votação do projeto, salvo emendas; aprovação; votação das Emendas nºs 1 a 6; aprovação; declaração de voto - Questão de ordem - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem as Deputadas e os Deputados:

Mauri Torres - Rogério Correia - Fábio Avelar - Antônio Andrade - Luiz Fernando Faria - Alencar da Silveira Jr. - Ana Maria Resende - André Quintão - Biel Rocha - Carlos Gomes - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Ronaldo - Doutor Viana - Durval Ângelo - Elisa Costa - Ermano Batista - George Hilton - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - Jésus Lima - João Bittar - João Leite - José Henrique - Laudelino Augusto - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Márcio Kangussu - Maria Olívia - Marlos Fernandes - Miguel Martini - Olinto Godinho - Padre João - Paulo Cesar - Paulo Piau - Pinduca Ferreira - Ricardo Duarte - Roberto Carvalho - Roberto Ramos - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Vanessa Lucas - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Luiz Fernando Faria) - Às 9h14min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para

proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Doutor Viana, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

2ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, que não há quórum especial para votação de proposta de emenda à Constituição, mas que há para a apreciação das demais matérias constantes na pauta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.726/2005, da Mesa da Assembléia, que altera o valor do índice básico a que se refere o art. 12 da Lei nº 15.014, de 15/1/2004, e dá outras providências. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.564/2004, da Deputada Ana Maria Resende, que proíbe a venda de bebidas alcoólicas nos postos de gasolina localizados nas áreas urbanas do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Transporte opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 1.564/2004 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.848/2004, do Deputado Doutor Viana, que dispõe sobre a obrigatoriedade do exame de toxoplasmose pelo SUS no Estado e pelo Ipsemg. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 1.848/2004 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.095/2005, do Deputado Paulo Piau, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Pirajuba o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 2.095/2005 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

O Sr. Presidente (Deputado Fábio Avelar) - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.264/2005, do Governador do Estado, que dispõe sobre o Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais - Fhidro -, de que trata a Lei nº 13.194, de 29/1/99, e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 a 6, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 a 6, da Comissão de Meio Ambiente. Em discussão, o projeto. Com a palavra, para discuti-lo, o Deputado Laudelino Augusto.

O Deputado Laudelino Augusto* - Mineiras e mineiros, Sr. Presidente, Deputados da Mesa, Deputadas, Deputados, há uma grande expectativa para a votação desse projeto, que dispõe sobre o Fhidro, criado em 1999, que, na prática, ainda não funcionou. É uma contradição, porque os fundos, em geral, não têm dinheiro, apesar de terem sido criados em lei. O Fhidro tem. Desde que foi criado, arrecadou bastante. Mas ainda não há uma "torneirinha" para sair o dinheiro. Arrecada-se, enche-se o Fundo, mas não há como tirar o dinheiro.

Faltava uma regulamentação estabelecendo como as entidades e os órgãos públicos poderiam usar esse Fundo. Agora, por pressão da sociedade, que quer e precisa de investimentos em recursos hídricos, veio o projeto para a Assembléia Legislativa, passou pela Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais - e o relator fui eu -, e pudemos oferecer algumas emendas. Ao final do ano, não sendo usado o dinheiro do Fundo, ele volta para o caixa comum do Estado. Mais de R\$170.000.000,00 já foram arrecadados no Fundo, mas a cada 31 de dezembro, se não for usado, ele cai no caixa comum. Tudo bem, é para ser usado em benefício do povo. Foi um Fundo criado para o patrimônio hídrico. Minas Gerais é conhecida por esse nome não só pelas minas de ouro, de diamante, de pedras preciosas, de minério de ferro e tantas outras coisas que caracterizam o nosso Estado, mas também por causa das minas de água. São águas de superfície, são águas subterrâneas - até mesmo o Aquífero Guarani passa por uma região de Minas -, e a água mineral. Somos a maior província mineral do planeta Terra, localizada no Sul de Minas. Sou daquela região e fui nascido e criado com água mineral, em Caxambu. Esse Fundo destina-se especificamente à questão hídrica, pela qual estamos lutando para que seja reconhecida como patrimônio, e não como recurso. A própria lei federal fala sobre recursos hídricos. A CNBB, na Campanha da Fraternidade do ano passado, fez a proposta para algumas mudanças na chamada lei de recursos hídricos para patrimônio hídrico. A palavra "recurso" é muito capitalista e dá a idéia de mercadoria que pode ser vendida e negociada. Isso é perigoso porque a água está sendo levada à exaustão. Já está sendo chamada de ouro azul, sujeita a conflitos internacionais. Mudar essa nomenclatura é muito importante porque garante um respeito por esse patrimônio sem o qual não existe vida. Uma das condições de eventual existência de vida em outros astros celestes é a existência de água.

Acompanhamos com muito carinho e atenção o trâmite desse projeto. Realizamos na Comissão de Meio Ambiente uma audiência pública com a participação de ambientalistas, de entidades do governo, da sociedade, que contou com várias propostas.

Houve várias propostas, inclusive uma para garantir que os recursos sejam destinados às atividades relacionadas ao patrimônio hídrico. Isso é importante, é muito sério.

Sou criador e Presidente da Frente Parlamentar Mineira de Defesa e Preservação da Água e tenho visto como é necessário o investimento tanto para pessoas, grupos e entidades quanto para o poder público municipal, estadual e federal. Preservar nascentes e matas é um compromisso da sociedade e dos órgãos públicos. Falar em solo é falar em água; falar em água é falar em solo.

Nosso empenho é apresentar emendas para melhorar o projeto. O governo estadual se comprometeu a regulamentar a lei para que, este ano ainda, utilizemos o dinheiro já arrecadado. Até o mês de agosto, havia R\$64.000.000,00 no Fundo, mas, como disse no início, não há ainda uma "torneirinha" por onde esse dinheiro possa sair. Mas, com a regulamentação da lei, que esperamos aconteça o mais rápido possível, até mesmo pessoas físicas que apresentarem um projeto bom, de acordo com os princípios ambientais e éticos, poderão utilizar esse dinheiro, e ainda este ano. Isso é importante: ainda este ano, o dinheiro poderá ser utilizado.

A Deputada Elisa Costa (em aparte) - Primeiramente, cumprimento as Deputadas, os Deputados e os componentes da Mesa e parabeno o Deputado Laudelino Augusto pelo excelente trabalho que vem realizando na Presidência da Comissão de Meio Ambiente. Seu esforço é reconhecido por todos nós, pela Assembléia Legislativa, pelo Estado de Minas Gerais, pelos ambientalistas e pela sociedade, que tem acompanhado as audiências públicas e o trabalho de educação ambiental e de cuidado com a natureza e com o ser humano.

Parabeno-o igualmente por esta discussão. Também nós temos um trabalho na Cipe Rio Doce, comissão interestadual parlamentar que cuida especialmente da bacia hidrográfica do Rio Doce.

Estamos acompanhando com bastante atenção a aprovação desse projeto, porque, como o Deputado Laudelino Augusto disse, há recursos destinados ao Fundo que, por impedimento legal, não estão sendo aplicados. Esses recursos somam aproximadamente R\$40.000.000,00.

Quando do lançamento do relatório do Projeto Rio Doce Limpo, solicitamos à Secretaria Estadual de Meio Ambiente a destinação de parte desses recursos às estações de tratamento de esgoto, ao projeto de despoluição da Bacia do Rio Doce.

É claro que o Fundo se destina a todas as bacias hidrográficas do Estado, mas o Rio Doce, o rio federal mais estudado e mais poluído do Brasil, ainda não tem um projeto de revitalização da sua bacia.

Estamos vivendo, no momento, o debate sobre a transposição do São Francisco, mas para a Bacia do São Francisco já se pensa na revitalização, que é um passo adiante. A Bacia do Rio Doce, Deputado Laudelino Augusto, ainda não dispõe de um projeto de revitalização.

O primeiro projeto elaborado pela Cipe Rio Doce foi o da despoluição, que tem cinco etapas: o tratamento do lixo e do esgoto doméstico e industrial; a recuperação das microbacias que deságuam no Rio Doce, começando pelos Rios Piranga, Santo Antônio, Manhuaçu, Caratinga, a Bacia do Rio Suaçuí Grande e demais sub-bacias importantes, que também devem tratar o lixo e o esgoto sanitário e industrial; a recuperação; o apoio à criação dos nossos comitês; e a educação ambiental.

Enfim, projetos que cuidem da quantidade da água, por meio da recuperação das nascentes e das matas ciliares, como também da qualidade da água, com a despoluição por meio do tratamento de esgotos e principalmente com a correta destinação final do lixo.

Registro a importância deste debate e da aprovação desse Fundo. Que esses recursos, até o final do ano, parte deles a fundo perdido, sejam destinados aos Municípios de Minas Gerais que elaborarem projetos para destinar recursos às estações de tratamento de esgotos dos nossos Municípios banhados pela bacia hidrográfica do Rio Doce. Em Minas Gerais, são 201 Municípios, e quase 30 Municípios no Espírito Santo, ao longo da Bacia do Rio doce.

Parabéns por essa discussão. O debate é fundamental. Com a aprovação desse projeto, damos um passo importante para a recuperação de nossas bacias. Que o governo do Estado aplique mais recursos no próximo ano. Na LDO apresentamos uma emenda abrindo uma rubrica para os recursos destinados às bacias hidrográficas de Minas Gerais, especialmente a Bacia do Rio Doce. Muito obrigada.

O Deputado Laudelino Augusto* - Agradeço a contribuição da Deputada Elisa Costa. Na Comissão, uma das grandes discussões em relação ao projeto foi que a lei federal diz que a bacia deve ser a unidade de referência. Temos que aplicar isso. Nas questões do lixo, do uso e de outorga de água, a bacia hidrográfica deve ser a unidade de referência.

O Deputado Rogério Correia (em aparte) - Parabeno o Deputado Laudelino Augusto por sua intervenção não apenas na tribuna, mas na defesa do meio ambiente de Minas Gerais. V. Exa. assumiu a Presidência da Comissão do Meio Ambiente, dando a ela uma dinâmica de trabalho profundo na defesa constante das questões ambientais do Estado. Tenho acompanhado o trabalho de V. Exa. e o ajudado na defesa importante das questões mais relevantes que temos a tratar nos dias de hoje no Brasil e no mundo, que são as questões ambientais. V. Exa. faz uma defesa para que a recuperação, a proteção e o desenvolvimento sustentável sejam fato nas bacias hidrográficas do Estado de Minas Gerais.

Logo em seguida, se V. Exa. prestar atenção na pauta, estará em discussão, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 2.312, do Deputado Antônio Andrade, que modifica a redação da Lei nº 1.883, que proíbe o corte do pequi no sertão mineiro. O pequi é uma árvore muito importante, é o símbolo de Minas Gerais, e isso será alterado com a permissão do seu corte. É um retrocesso. Existe uma lei no Estado de Minas Gerais que proíbe o corte do pequi. O projeto de lei de minha autoria chama-se Pró-Pequi. O Deputado André Quintão chamou essa lei de antipequi, pois permite o corte do pequi no sertão. Segundo os latifundiários do Noroeste mineiro, o corte do pequi é necessário porque ele atrapalha a agricultura. A ganância é tanta que preferem cortar a árvore do pequi para garantir alguns pés de feijão. O Mânica agradece esse tipo de projeto de lei. Sabemos quem é o Mânica.

Solicito a V. Exa. que fique atento, como Presidente da Comissão de Meio Ambiente, para não permitirmos a votação desse projeto. Solicito a V. Exa. que peça verificação de quórum. Peço ao Presidente que não insista em colocar esse projeto repetidamente na pauta porque desprotege o ambiente mineiro e o pequi, que é uma árvore muito importante.

Peço aos Deputados do Norte de Minas, à gloriosa bancada norte-mineira, da qual faço parte, como um Deputado muito votado naquela região, que esteja atenta a esse projeto. Temos que manter o pequi, árvore que não pode ser cortada do sertão mineiro, como já foi no passado.

Agradeço ao Deputado Laudelino Augusto e o parabeno pela defesa do meio ambiente mineiro.

O Deputado André Quintão (em aparte) - Deputado Laudelino Augusto, parabeno V. Exa. pelo trabalho sério que vem realizando à frente da Comissão de Meio Ambiente desta Casa, especificamente quanto a esse projeto, que amplia as possibilidades de financiamento na área de recursos hídricos. A excelente análise do projeto e das emendas nos dá tranquilidade para votá-lo favoravelmente, em 1º turno, com as adequações necessárias realizadas por V. Exa. e pelos demais Deputados da Comissão de Meio Ambiente.

Iniciaremos na próxima semana a discussão do Plano Plurianual. Um dos projetos estruturadores é o de revitalização da Bacia do Rio São Francisco. Percebemos que em 2004 - e o cenário continua em 2005 - o nível de execução orçamentária desse projeto estruturador está muito aquém do que Minas precisa fazer pelo Rio São Francisco.

Deputado Laudelino Augusto, cumprimento-o por sua luta e interesse pelas questões de recursos hídricos, especialmente pelo São Francisco.

Faço coro com o Deputado Rogério Correia no que diz respeito ao Projeto de Lei nº 2.312/2005, que não tem o apoio do nosso bloco. O pequi é um patrimônio mineiro, um patrimônio do cerrado mineiro, um patrimônio dos povos do cerrado. No início da manhã, conversávamos, nesta Assembléia, com a Maria Dalce, uma ambientalista da Amda, muito respeitada. Chegamos à conclusão de que precisamos discutir bastante esse projeto, que não tem o nosso parecer favorável. Entendemos que o Presidente deve retirá-lo da pauta.

Como disse o Deputado Rogério Correia, esta Casa aprovou um projeto pró-pequi, de defesa do pequi, mas agora vem esse projeto contra o pequi, anti-pequi. O pequi é fonte de desenvolvimento econômico da agricultura familiar, das pessoas que vivem no cerrado. Existe também a questão ambiental. Em nome de grandes interesses, que têm outras formas de desenvolver até tecnologicamente sua agricultura, não podemos dilapidar um patrimônio ambiental, econômico e simbólico dos povos do cerrado, do semi-árido mineiro.

Deputado Laudelino Augusto, parabeno-o, mais uma vez. Votaremos a favor do Fhidro, mas faremos de tudo para que o projeto anti-pequi não seja votado nesta Casa. Obrigado.

O Deputado Laudelino Augusto* - Obrigado, Deputado André Quintão.

Apenas para esclarecer esse projeto que reestrutura o Fhidro, farei a leitura de algumas considerações, a fim de que as Deputadas e os Deputados estejam bem conscientes e informados para a votação. (- Lê:)

"Esse projeto introduz uma nova disciplina para liberação de recursos do Fhidro, revogando a sua lei de criação, em virtude da proibição, contida na LRF, de realização de operações de crédito entre entes da Federação. A proposta permite que sejam repassados aos Municípios recursos sem obrigação de reembolso, em substituição aos empréstimos reembolsáveis, como consta na lei em vigor".

O percentual foi aumentado. Cinqüenta e cinco por cento dos recursos do Fhidro serão repassados de forma não reembolsável, a fundo perdido, como se costuma dizer. Essa verba é tão importante que a palavra "perdido" não cabe bem. É um Fundo não reembolsável, que as entidades públicas poderão utilizar na preservação, na distribuição e na garantia da qualidade de água, do patrimônio hídrico.

"A proposta amplia a permissão de repasses não reembolsáveis também para as entidades privadas, particularmente aos concessionários de serviços públicos de saneamento, vedando, no entanto, a incorporação dos recursos repassados ao patrimônio das entidades beneficiadas.

Apesar da possibilidade de repasse a fundo não reembolsável, o projeto mantém os financiamentos também reembolsáveis para entidades privadas, como já consta na lei em vigor. A proposição regula a proporção em que serão distribuídos os recursos do Fhidro entre as duas modalidades de financiamento: deverão ser aplicados 45% sob a forma de recurso reembolsável e 55% sob a forma de não reembolsável. Em ambos os casos é criada a obrigação de contrapartida, que poderá dar-se na forma de prestação de serviços, doação de terrenos, máquinas e equipamentos. A contrapartida será de 10% para financiamentos reembolsáveis e de 20% para financiamentos não reembolsáveis.

O projeto de lei ainda propõe as seguintes alterações na organização do Fundo: 1 - altera o rol de recursos do Fhidro, incluindo os referentes a 10% do retorno do Fundo de Saneamento Ambiental das Bacias dos Ribeirões Arrudas e Onça, o Prosam, como regulado pela Lei nº 13.848, de 2001, e elevando de 45% para 55% os valores provenientes da cota recebida pelo Estado a título de compensação financeira por áreas inundadas por reservatórios para a geração de energia elétrica, vinculados ao Fhidro. Esses recursos são responsáveis pela maior parte da previsão financeira do Fundo" - o Fundo compõe-se principalmente de recursos de indenizações e de "royalties", que são pagos pelas empresas de energia elétrica, grandes barragens e reservatórios -; "2 - inclui entre os beneficiários do Fundo, além das pessoas jurídicas de direito público, as pessoas físicas e concessionárias de serviços públicos de saneamento, as entidades privadas sem fins lucrativos, as agências de bacias hidrográficas, os consórcios e as associações intermunicipais de bacias hidrográficas, as associações regionais, locais e multissetoriais de usuários de recursos hídricos, as organizações técnicas de ensino e pesquisa na área de recursos hídricos e as ONGs que atuam nesse setor; 3 - altera de 120 para 84 meses o prazo máximo de amortização de financiamento, mantido o prazo de carência de até 36 meses e a taxa de juros de até 12% ao ano, permitindo, no entanto, condições excepcionais de financiamento no caso de 'empreendimento de interesse econômico e social do Estado', a critério do Poder Executivo; 4 - dispõe que, excepcionalmente, poderão ser utilizados recursos do Fundo para a execução de obras destinadas à prevenção de inundações e secas ou controle de erosão em áreas de riscos de calamidade pública" - temos visto diariamente a importância desse tipo de obra para a prevenção de inundações. Convivemos com isso onde moramos, em Itajubá, e em outras regiões de Minas -; "5 - amplia o prazo para a concessão de empréstimos do Fundo, que terminaria em 2006, por oito anos, a partir da publicação da nova lei; 6 - estabelece taxa de abertura de crédito em benefício do BDMG, agente financeiro do Fundo, e comissão de no máximo 3% ao ano sobre os juros, no caso de financiamentos reembolsáveis, e de 1,5% sobre cada parcela, no caso de financiamentos não reembolsáveis" - aliás, é bom lembrar que a representante do BDMG na audiência pública que discutiu o projeto de lei comprometeu-se a viabilizar a regulamentação com a maior urgência possível, para que o dinheiro possa ser usado ainda este ano -; "7 - inclui representantes do IEF, da Feam, do Conselho Estadual de Recursos Hídricos - que deve ser escolhido entre os representantes da sociedade civil no órgão - e da Secretaria de Desenvolvimento Econômico no Grupo Coordenador e exclui o Indi e a Secretaria de Transportes e Obras Públicas.

A Secretaria de Meio Ambiente é mantida como órgão gestor do Fhidro, conservando as mesmas competências, assim como são as mesmas as competências do BDMG e do grupo coordenador".

Lembro - como já disse - que, até hoje, esse Fundo não desembolsou nenhum real sequer por falta de regulamentação. Todos os que trabalham nessa área estão na expectativa. Apresentamos propostas de emendas ao parecer da Comissão de Meio Ambiente, que foram aprovadas pela Comissão.

Muitas ações proativas relacionadas ao patrimônio hídrico estão sendo realizadas no Estado. Lembrarei algumas para ressaltar que, se tivermos o dinheiro do Fundo - e vamos tê-lo -, mais ações serão realizadas.

Preservação de nascentes. Conheço e posso exemplificar que alunos de escolas públicas e particulares estão adotando nascentes. Há casos no Sul de Minas em que alunos de uma turma adotaram uma nascente. Isso é muito bom. Se em cada Município escolas, entidades, pastorais, associações, associações de moradores, bairros rurais e urbanos fizerem esse trabalho, as nascentes serão preservadas. Isso é muito bom.

O Lago de Furnas. Lá participamos de uma audiência no mês passado. Há uma séria questão de contaminação da água no entorno do lago. Para preservá-lo, faz-se necessário o tratamento de esgoto. A entidade responsável pelo saneamento deve fazer o tratamento de esgoto para que a água seja recuperada e lançada, tratada, nos cursos d'água, no caso o Lago de Furnas.

Vários passos foram dados. Semana passada reunimo-nos aqui, na Assembléia, com o Dr. Jarbas Soares, da Procuradoria-Geral do Estado, a seu pedido, para iniciarmos todas as gestões políticas e administrativas para a criação da Promotoria Especialidade em Meio Ambiente do Entorno do Lago de Furnas. Isso será muito bom. Sabemos que lá há vários problemas.

Lá há empresas de laticínios que não realizam o devido tratamento nem acompanham os procedimentos regulares, o que acaba por contaminar os cursos d'água. Há mortandade de peixes em várias regiões do Estado.

As estâncias hidrominerais. Repito: a maior estância, província hidromineral do planeta Terra, está no Sul de Minas, assim como a riqueza hidromineral está em outras regiões do Estado.

Realizamos a Comissão Especial das Estâncias Hidrominerais, que levantou os problemas e apresentou propostas. Hoje o Ministro do Turismo estará nas estâncias hidrominerais de Caxambu e Passa-Quatro apresentando propostas concretas de ações do governo federal. Aqui, no Estado, apresentamos uma emenda, que passou na LDO e está no Orçamento do Estado. Lamentavelmente, as verbas que o governador destinou a esse quesito são poucas, mas lutaremos junto às estâncias hidrominerais para melhorar ainda mais a captação de recursos financeiros, o que ajudará na preservação e garantia da qualidade da água.

A crenologia é a ciência que estuda a cura pelas águas mineiras. A riqueza maravilhosa das águas virtuosas do circuito hidromineral precisa ser resgatada, reativada e revalorizada. Estamos tentando com as escolas de medicina a volta da matéria de crenologia. Por muitas vezes, a Família Real no Brasil foi à região do circuito para fazer tratamento de anemia e de problemas diversos, pois suas águas são capazes de curar.

Outro exemplo de ação proativa se refere ao termo de ajuste de conduta, o qual a Comissão está intermediando junto ao Ministério Público, à comunidade de Belo Vale e à empresa Vale do Rio Doce, para garantir a preservação de algumas nascentes na área onde está sendo feito um depósito de estéril.

O Ribeirão da Mata percorre dez Municípios na Grande BH, que estão-se organizando, preparando e preservando toda a Sub-Bacia do Ribeirão da Mata, que, por sua vez, faz parte da Bacia do Rio das Velhas, que é parte da grande Bacia do Rio São Francisco.

Dia 26, quarta-feira que vem, faremos uma audiência pública na Comissão de Meio Ambiente da Assembléia para conhecermos esse projeto positivo, proativo, de união dos Municípios e da sociedade em geral para preservar, garantir a quantidade e a qualidade da água na região da sub-bacia do Ribeirão da Mata.

O Projeto Manuelzão, em relação ao Ribeirão das Velhas, a Amda e tantos outros que poderíamos citar aqui, como o Focas, o Fórum das ONGs do Circuito das Águas, deixam-nos a certeza de que a sociedade quer e está-se organizando, tomando consciência e exige de nós, do poder público, do Legislativo, do Executivo, do Judiciário e do Ministério Público, ações em prol do meio ambiente, especialmente em prol do patrimônio hídrico. É obrigação nossa. A água é vida, sem ela não há qualidade de vida.

Concluindo, claro que teríamos muito mais a falar, mas, observando a diminuição do quórum, diria que o Fhidro é uma esperança porque é um dinheiro que será investido na qualidade e na quantidade da água. Será investimento do patrimônio hídrico, para garantir para as populações que passam dificuldade, necessidade de água, e também para as estâncias hidrominerais, a preservação dos seus mananciais, com o devido cuidado, pois em São Lourenço, por exemplo, houve a exaustão de algumas fontes.

Estamos aguardando, e, pelo que me consta, ainda não foi lançado, o edital de licitação pela Codemig para as águas de Caxambu, Lambari, Cambuquira e Araxá. Estamos na expectativa, seria até o dia 15 de outubro, mas, pelo que nos consta, ainda não foi lançado. O Fhidro nos ajudará nessa questão. As estâncias hidrominerais estão aguardando a regulamentação do Fundo para algumas obras e gestões na região que deve ser preservada, junto aos parques das águas. Há também um projeto na Assembléia transformando os parques, as estâncias em monumentos naturais. Faremos tudo que for preciso e necessário para preservar e garantir as fontes maravilhosas da saúde, da vida, as fontes de águas minerais e também as demais águas.

É isso, penso que já estão convencidos. É claro que os Deputados e Deputadas acompanham todo o trâmite dos projetos de lei, mas pensamos em fazer essas considerações para os nossos mineiros e mineiras que acompanham a TV Assembléia, sabendo que mais de 200 Municípios nos acompanham, viemos aqui com esse interesse de informar. O político tem a obrigação de informar, e o cidadão, a cidadã, tem a obrigação de acompanhar os trâmites dos projetos de lei para dizer se estão de acordo ou não. É o 1º turno, votaremos favoravelmente. Foi bem discutido. Contamos com o voto dos Deputados e das Deputadas. A população em geral, as associações e entidades ambientalistas ainda têm tempo para mandar emendas e observações, estamos disponíveis para isso. O projeto voltará para algumas comissões depois do 1º turno; se houver emenda, vem para o 2º turno, quando o votaremos. Esperamos que seja regulamento em tempo-recorde para que, ainda este ano, possamos usar esse dinheiro do Fundo hídrico.

É mais ou menos isso, um outro dia continuaremos com esse assunto. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para discutir, o Deputado João Leite.

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembléia, acompanhamos a tramitação do projeto que trata da criação do Fhidro na Comissão de Meio Ambiente. Tivemos oportunidade de realizar algumas audiências públicas relativas ao tema. Verificamos que o governo do Estado de Minas Gerais demonstra sua preocupação com o meio ambiente. Dois projetos estruturadores constam no Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - : Minas Gestão Ambiental do Século XXI e Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. Nesse projeto, especialmente destacamos o alto investimento da Copasa no tratamento de esgotos e na despoluição da bacia hidrográfica do referido rio. O Governador demonstra ao Estado de Minas Gerais e ao Brasil uma grande organização de governo e um planejamento para o futuro. Cria um fundo específico para a preservação das nossas águas, dando oportunidade para que diversos projetos estaduais se beneficiem desses recursos em benefício dos nossos mananciais.

Este é um momento especial para discutir o projeto, já que acompanhamos com preocupação a situação hídrica do nosso país, especialmente em relação à região amazônica, que enfrenta uma seca histórica, lembrando a ocorrida em 1963. E Minas Gerais mostra-se organizada e portadora de um planejamento para preservar suas águas. O projeto merece, portanto, a aprovação do Plenário desta Assembléia, em seu 1º turno, já que vem precedido de uma grande discussão com as entidades e com o próprio governo.

Sabemos da importância das águas para o nosso país, e esse Fundo possibilitará a preservação de nossas nascentes e mananciais, merecendo a atenção desta Casa e demonstrando o compromisso do governo do Estado com a gestão ambiental e com o planejamento de futuro.

O Projeto de Lei nº 2.312/2005, do Deputado Antônio Andrade, que trata da preservação permanente e da imunidade de corte do pequiheiro, foi apreciado pela Comissão de Meio Ambiente desta Assembléia. Meu relatório, no que se refere ao projeto, foi aprovado pela unanimidade dos Deputados da Comissão de Meio Ambiente. Acompanhamos as emendas apresentadas pelo relator na Comissão de Justiça. Uma emenda estabelecia que, para que se admitisse o corte do pequiheiro, seria necessária uma prévia autorização do IEF.

Tivemos o cuidado, na conclusão, na Comissão de Meio Ambiente, de acatar as Emendas nºs 1 e 2 da Comissão de Justiça, bem como a Emenda nº 3, sugestão do Deputado Sávio Souza Cruz, que diz, no seu art. 2º, § 2º, o seguinte: "autorização prevista no 'caput' do art. 2º

será precedida do replantio, pelo empreendedor, de mudas de pequi em local e condições definidas pelo IEF, na proporção de, pelo menos, 10 mudas por espécies abatidas, conforme regulamentação"; "§ 3º - O empreendedor obriga-se a acompanhar, por período não inferior a dois anos, o vingamento das mudas replantadas, nos termos do parágrafo anterior, devendo assegurar o pleno desenvolvimento do número de plantas estipuladas, ocasião em que apresentará relatório circunstanciado ao IEF, conforme regulamentação." Acompanhamos nosso relatório os Deputados presentes naquela reunião. Como disse, houve essa valiosa contribuição do Deputado Sávio Souza Cruz, que acatamos no nosso relatório.

Quereria dizer isso, já que não tivemos na Comissão de Meio Ambiente um tratamento descuidado dessa matéria. Ao contrário, os Deputados tiveram a oportunidade de discutir a questão e envolver a possibilidade de corte dessa árvore, fato que tive oportunidade de relatar agora.

O Deputado Paulo Piau (em aparte) - Agradeço o aparte do Deputado João Leite. Quero, inicialmente, parabenizá-lo pelas observações feitas. Hoje ele é um parceiro do meio ambiente.

Em relação ao projeto do pequi, não quero fazer nenhuma consideração. Acho que devemos esperar o Deputado Toninho Andrade, que é o autor do projeto. Assim, o debate poderá ocorrer.

Mas, em relação ao Fhidro, queremos lembrar que nossa Comissão foi ativa, promoveu uma audiência pública e discutiu a matéria com o Executivo. Quero fazer dois cumprimentos. O primeiro, ao Governador Aécio Neves, que nos manda essa mensagem ampliando a ação do Fundo, que estava limitada. Ele amplia os recursos, aliás. Ele passa os 45% dos "royalties" para 55%. Isso deve passar de R\$50.000.000,00 para quase R\$100.000.000,00, que deverão ser aplicados nas bacias hidrográficas. Mas quero fazer um cumprimento ao ex-Governador Itamar Franco porque, na verdade, o Fhidro nasceu nesta Casa. Ele foi proposta da Assembléia. O Governador sancionou o projeto, apesar de, na época, sermos da Oposição. Eu era do PFL, e V. Exa., do PSDB. As boas idéias não têm cor partidária. Contestávamos muito o governo Itamar Franco, mas quando vemos uma ação apartidária, temos de evidenciá-la. Ele tomou esse Fundo como um fundo constitucional do Estado de Minas Gerais. Evidentemente, sua aplicação, desde 1999, não foi a que queríamos.

A Secretaria de Meio Ambiente aproveitou, sim, parte desses recursos, mas isso não chegava aonde deveria estar, exatamente nas bacias hidrográficas, para que as nossas águas fossem mais bem cuidadas. Agora, com essa reformulação, com certeza, o Fhidro chegará aos comitês de bacia e às agências de bacia, que, na verdade, têm a grande missão de democratizar as águas em todo o Brasil, por meio da Lei Federal nº 9.433. Portanto, isso vem em boa hora, e, por isso mesmo, cumprimentamos o Governador Aécio Neves pela mensagem do Projeto de Lei nº 2.264.

Chamo a atenção, Deputado João Leite, para mais um aspecto relativo aos comitês de bacia. Há uma lei federal, e, outro dia, surgiu um comentário no Triângulo Mineiro de que, quando um boi bebesse água, teria de pagar por ela. Isso virou quase um escândalo na região, e houve uma reação muito negativa por parte dos produtores rurais. Na verdade, é claro que isso é um exagero, e ouvi, outro dia, uma declaração muito interessante e importante de V. Exa. de que temos de dar incentivos àquele que cuida bem do meio ambiente. Um produtor rural que cuida bem da sua propriedade e do meio ambiente deve ser beneficiado, e tudo isso é relativo.

Agora, quero chamar a atenção para o comitê. Se as pessoas pensam que não devem participar dele, estão absolutamente enganadas, porque eles decidirão realmente sobre as águas. A cobrança, ou seja, os chamados poluidor-pagador e consumidor-pagador serão uma decisão do comitê. Sugerimos que toda a sociedade civil e, evidentemente, todos os órgãos de governo que estejam presentes vejam os comitês de bacia como um fórum de decisão. Na verdade, faremos o quê? Justiça. É claro que não será cobrada a água de um boi que a bebe no córrego. Isso é um exagero, mas é claro que devemos cuidar das nossas bacias.

Então, faço apenas essa ressalva e agradeço o tempo que V. Exa. me dispensou. Mais um vez, cumprimento-o pela atenção que V. Exa. dispensa ao nosso meio ambiente. Obrigado.

O Deputado João Leite - Obrigado, Deputado Paulo Piau, pela sua grande contribuição à discussão desse projeto tão importante, reconhecendo, como V. Exa. mesmo disse, a iniciativa do ex-Governador Itamar Franco. Observamos como é atual essa questão da preservação e do cuidado com as águas. Os exemplos que temos hoje nos mostram essa preocupação. Tive a oportunidade de dizer a V. Exa., em um comentário na Comissão de Meio Ambiente, que chegaremos ao tempo, especialmente no nosso país, em que reconheceremos os produtores de água, assim como existem os produtores de leite e café. Muitas vezes, o produtor de água é esse fazendeiro que cuida bem da nascente e que, de alguma forma, deve ser ressarcido pelo trabalho da guarda dessas nascentes, a fim que tenhamos o abastecimento de água e as bacias hidrográficas alimentadas a partir daquele olho d'água. Naquela fazenda, aquele produtor de água, aquele fazendeiro tem o cuidado de manter, com muito carinho, aquela nascente. Às vezes, é difícil mantê-la, e certas pessoas não têm esse cuidado. Creio que, em algum momento, devemos pensar em uma legislação que dê retorno a esse produtor de água que está na sua fazenda cuidando desse bem que temos e que não sabemos, muitas vezes, como preservar. Por isso, temos de valorizar esse produtor de águas que está lá na sua fazenda ou sítio.

Há outra questão relativa a isso. Ontem, a Comissão de Meio Ambiente tratou de um tema importantíssimo, o abastecimento de água de Belo Horizonte e Nova Lima, ligado à Mata do Cercadinho. E, hoje, uma preocupação da Comissão do Meio Ambiente será apreciada pelo Conselho Municipal do Meio Ambiente de Belo Horizonte.

Há um empreendimento a ser realizado perto do BH Shopping, na divisa com Nova Lima, na linha férrea, de 12 torres de edifícios residenciais. A Comissão de Meio Ambiente da Assembléia Legislativa e o Ministério Público do Estado de Minas Gerais entendem que quem deveria dar o licenciamento dessa obra é o Copam, órgão estadual, e não o órgão municipal, já que esse empreendimento atingirá em cheio o trânsito de uma rodovia estadual, a MG-030, o cenário daquela região - com essas grandes torres, haverá uma mudança paisagística nessa região limítrofe entre Belo Horizonte e Nova Lima - e, sem dúvida, afetará o Cercadinho, já que é uma área de recarga daquele manancial, justamente área de coleta de águas. Vemos como essa questão ambiental é tão atual e como interfere na vida dos cidadãos de Minas.

Ontem discutimos a questão do abastecimento de Belo Horizonte e de Nova Lima, do manancial do Cercadinho. Os pareceres do IEF e dos demais órgãos estaduais são contrários a esse empreendimento. No entanto, a Prefeitura de Belo Horizonte teima em continuar com esse processo. Levará para esse espaço novos 5 mil moradores, além das pessoas que lá trabalharão. Haverá um grande impacto no trânsito e um risco muito grande para o abastecimento de 70 mil residências da região Sul de Belo Horizonte, além de outras residências da cidade de Nova Lima.

Por isso, Sr. Presidente, gostaríamos de encaminhar favoravelmente esse projeto tão importante, que trata do Fhidro, encaminhado pelo Governador do Estado. Depois das discussões e das audiências públicas de que participamos e acompanhando o relatório do Deputado Laudelino Augusto, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, que avocou para si essa relatoria, queremos lembrar a importância desse projeto e da legislação referente a esse Fundo, a esses recursos para o Estado de Minas Gerais. Obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Não havendo outros oradores inscritos, encerra-se a discussão. Em votação, o projeto, salvo emendas. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, as Emendas nºs 1 a 6. As Deputadas e os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovadas. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 2.264/2005 com as Emendas nºs 1 a 6. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Declaração de Voto

O Deputado André Quintão - Sr. Presidente, é importante a Assembléia ter aprovado esse projeto. O Bloco PT-PCdoB votou favoravelmente, exatamente para valorizar os recursos hídricos, que, no nosso Estado, são muito importantes não só para Minas, mas também para o País.

Verificamos, de plano, que não há quórum para a continuação dos nossos trabalhos. Antes, porém, de pedir o encerramento desta reunião, quero fazer uma sugestão à Comissão de Meio Ambiente, cujos membros são muito sérios, referente ao Projeto de Lei nº 2.312, que pode permitir o corte de pequizeiros em Minas Gerais, do qual temos uma discordância profunda.

Ainda que as emendas apresentadas pela Comissão busquem atenuar o impacto negativo desse projeto, lembramos a importância do pequi e do cerrado para as populações que lá vivem, seja pela questão econômica, seja pela questão ambiental, seja pela questão simbólica que têm para Minas Gerais. Assim, sugerimos uma audiência pública para que possamos debater melhor esse projeto.

Questão de Ordem

O Deputado André Quintão - Mas este projeto não chegará a ser discutido porque solicito, de plano, o encerramento da reunião, por falta de quórum.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a reunião ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a reunião extraordinária também de hoje, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

* - Sem revisão do orador.

ATA DA 64ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, EM 19/10/2005

Presidência do Deputado Mauri Torres

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Discussão e Votação de Pareceres: Pareceres de Redação Final do Projeto de Resolução nº 2.616/2005 e dos Projetos de Lei nºs 1.617/2004, 2.069, 2.187 e 2.726/2005; aprovação - 2ª Fase: Palavras do Sr. Presidente - Discussão e Votação de Proposições: Requerimento do Deputado Gustavo Valadares; aprovação - Inexistência de quórum especial para votação de proposta de emenda à Constituição - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.459/2005; encerramento da discussão; requerimento do Deputado Gustavo Valadares; aprovação; votação do projeto; aprovação; prejudicialidade do Substitutivo nº 1 - Discussão, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 90/2005; encerramento da discussão - Discussão, em turno único, dos Projetos de Resolução nºs 2.703, 2.704 e 2.705/2005; aprovação - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.362/2004; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.859/2004; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.937/2004; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Questões de ordem - Inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem as Deputadas e os Deputados:

Mauri Torres - Rogério Correia - Fábio Avelar - Antônio Andrade - Luiz Fernando Faria - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Jr. - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Genaro - Arlen Santiago - Biel Rocha - Carlos Gomes - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Dimas Fabiano - Elisa Costa - George Hilton - Gil Pereira - Gustavo Valadares - Irani Barbosa - Jayro Lessa - Jésus Lima - João Bittar - João Leite - José Henrique - José Milton - Leonardo Moreira - Leonardo Quintão - Lúcia Pacífico - Márcio Kangussu - Maria Tereza Lara - Marlos Fernandes - Miguel Martini - Olinto Godinho - Padre João - Paulo Cesar - Paulo Piau - Ricardo Duarte - Roberto Carvalho - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Mauri Torres) - Às 20h13min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Luiz Fernando Faria, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 1ª Fase, com a discussão e a votação de pareceres e a votação de requerimentos.

Discussão e Votação de Pareceres

- A seguir, são submetidos a discussão e votação e aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final do Projeto de Resolução nº 2.616/2005, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 13/2005, nos termos do art. 7º, da Lei nº 15.292, de 5/8/2004 (À promulgação.); e dos Projetos de Lei nºs 1.617/2004, do Deputado Antônio Júlio, que autoriza o Poder Executivo a

doar ao Município de Luz o imóvel que especifica; 2.069/2005, do Deputado Gustavo Valadares, que estabelece critério para concessão de autorização de funcionamento de instituição de ensino; 2.187/2005, do Deputado Elmiro Nascimento, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Cruzeiro da Fortaleza o imóvel que especifica; e 2.726/2005, da Mesa da Assembléia, que altera o valor do índice básico a que se refere o art. 12 da Lei nº 15.014, de 15/1/2004, e dá outras providências. (À sanção.).

2ª Fase

O Sr. Presidente - Esgotada a matéria destinada à 1ª Fase, a Presidência passa à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa ao Plenário que fez retirar da pauta desta reunião os Projetos de Lei nºs 1.564 e 1.848/2004, 2.095, 2.264 e 2.726/2005, apreciados na reunião extraordinária realizada hoje, pela manhã.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Gustavo Valadares, solicitando a inversão da pauta, de modo que o Projeto de Lei nº 2.459/2005 seja apreciado em 1º lugar entre as matérias em fase de discussão. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. A Presidência verifica, de plano, que não há quórum especial para votação de proposta de emenda à Constituição, mas que há para a apreciação das demais matérias constantes na pauta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.459/2005, do Governador do Estado, que altera o parágrafo único do art. 1º e revoga o art. 2º da Lei nº 13.696, de 1º/9/2000, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel que especifica ao Município de Peçanha. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Vem à Mesa requerimento do Deputado Gustavo Valadares, solicitando a inversão da preferência na votação, de modo que o projeto seja apreciado em 1º lugar. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Com a aprovação do projeto, fica prejudicado o Substitutivo nº 1. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 2.459/2005 na sua forma original. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Discussão, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 90/2005, do Deputado Sebastião Helvécio e outros, que dá nova redação aos §§ 1º e 2º do art. 155 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta. Em discussão, a proposta. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 2.703/2005, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 15/2005, nos termos do art. 7º da Lei nº 15.292, de 5/8/2004, à Empresa Moinhos Vera Cruz S.A. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Redação.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 2.704/2005, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 16/2005, nos termos do art. 7º da Lei nº 15.292, de 5/8/2004, à Empresa Moinhos Sete Irmãos Ltda. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Redação.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 2.705/2005, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 17/2005, nos termos do art. 7º da Lei nº 15.292, de 5/8/2004, à Empresa Moinho Sul Mineiro S.A. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.362/2004, da Comissão Especial da Cafeicultura Mineira, que altera a Lei nº 14.132, de 20/12/2001, que obriga a inclusão do café na merenda escolar e determina a promoção institucional do produto. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Fica, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 1.362/2004 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.859/2004, da Deputada Cecília Ferramenta, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Ipatinga o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Fica, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 1.859/2004 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.937/2004, do Deputado Leonardo Moreira, que cria o Pólo Tecnológico da Indústria Têxtil e de Confecções da Região Sul de Minas e dá outras providências. A Comissão de Turismo opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Fica, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 1.937/2004 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Questões de Ordem

O Deputado André Quintão - Sr. Presidente, verificando que não há quórum, solicito o encerramento, de plano, da reunião.

O Deputado Alencar da Silveira Jr. - Sr. Presidente solicito aos Deputados desta Casa que compareçam amanhã, às 14 horas, a uma audiência que realizaremos na Comissão do Trabalho. Convido principalmente os Deputados votados aqui, em Belo Horizonte, como o Deputado André Quintão, do PT.

A presença dos Deputados do PT é de grande importância, pois a do representante do Ministério Público já foi confirmada. Nessa audiência, discutiremos um sério problema de Belo Horizonte: os camelôs que estavam na rua foram transferidos para um prédio da iniciativa privada e estão pagando um aluguel abusivo, de R\$150,00 a R\$300,00.

A assessoria da Casa recebeu comunicado de que o representante da Prefeitura de Belo Horizonte não estará presente. Os proprietários desses prédios, dos "shoppings" populares, e as pessoas que lá trabalham estarão aqui, amanhã.

Portanto, reitero o convite ao Deputado André Quintão, aos membros da Bancada do PT e a outros Deputados para comparecerem a essa reunião. Obrigado.

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência, nos termos do art. 244 do Regimento Interno, encerra a discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.312/2005, uma vez que permaneceu na ordem do dia por mais de seis reuniões. A Presidência informa ao Plenário que, no decorrer da discussão, foi apresentado ao projeto o seguinte substitutivo do Deputado Rogério Correia, que recebeu o número 1, e que, nos termos do § 2º do art. 188 do Regimento Interno, encaminha o substitutivo com o projeto à Comissão de Meio Ambiente para parecer:

SUBSTITUTIVO Nº 1 AO PROJETO DE LEI Nº 2.312/2005

Dá nova redação ao art. 2º da Lei nº 10.883, de 2 de outubro de 1992, que declara de preservação permanente, de interesse comum e imune de corte, no Estado o pequizeiro ("Caryocar brasiliense") e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Inclua-se o seguinte parágrafo ao art. 2º da Lei nº 10.883, de 2 de outubro de 1992.

"Art. 2º - (...)

... - A autorização prevista no 'caput' do art. 2º será precedida do replantio, pelo empreendedor, de mudas de pequizeiro ('Caryocar brasiliense'), em locale condições definidas pelo Instituto Estadual de Florestas - IEF -, na proporção de pelo menos dez mudas por espécime abatido, conforme regulamentação."

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência encerra a reunião, desconvoando a reunião extraordinária de amanhã, dia 20, às 9 horas, e convocando as Deputadas e os Deputados para a reunião ordinária de amanhã, dia 20, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

ATA DA 6ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 14/10/2005

Às 14h15min, comparecem no Salão da Loja Maçônica Pioneiro do Nordeste no Município de Guanhães o Deputado Gustavo Valadares e a Deputada Elisa Costa. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Elisa Costa, declara aberta a reunião e, com base no art. 120, inciso III do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir os problemas relacionados à produção de carvão vegetal na região de Suaçuí-Guanhães e buscar alternativas de trabalho e renda para os produtores que, por meio da exploração de matas nativas, vivem dessa atividade. A Presidência destina esta parte da reunião a ouvir os seguintes convidados: Srs. Osvaldo de Castro, Prefeito Municipal de Guanhães; Daniel Menezes, Presidente da Câmara Municipal de Guanhães; Guilherme Simões, Prefeito Municipal do Serro; Geraldo Pereira, Prefeito Municipal de Paulistas; José Augusto, Prefeito Municipal de Santo Antônio do Itambé; Marcos César e Geruza de Moraes Falção, assessores, representando Vander Borges, Subsecretário de Trabalho e Assistência Social da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes; Hermógenes Ferreira, do IEF de Guanhães, representando Adele Meira Rodrigues Rena, Coordenadora do IEF - Regional de Governador Valadares; Sílvio de Castro Fonseca, do IEF de Diamantina; Túlio Meireles, representante da Emater, Unidade Regional de Guanhães; Theófilo de Pinho, representante do IMA; João Alves, Diretor Regional do Ibama; Carlos Roberto Nascimento, Gerente do Banco do Brasil de Guanhães; José Maria, Presidente da Federação dos Trabalhadores das Indústrias Extrativas de Minas Gerais, os quais são convidados a tomar assento à mesa. Na condição de autora do requerimento que deu origem ao debate, a Deputada Elisa Costa faz suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares e dos convidados, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de outubro de 2005.

Alencar da Silveira Jr., Presidente - Elisa Costa - Irani Barbosa - André Quintão.

ORDENS DO DIA

Ordem do dia da 2ª reunião ordinária da comissão de Cultura Na 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 25/10/2005

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 2.425/2005, do Deputado Domingos Sávio; 2.440/2005, do Deputado Elmiro Nascimento; 2.471/2005, do

Deputado André Quintão; 2.522/2005, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 2.561/2005, do Deputado Carlos Gomes; 2.655/2005, do Deputado Antônio Carlos Andrada.

Requerimentos nºs 5.277/2005, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 5.323, 5.352 e 5.389/2005, da Deputada Vanessa Lucas; 5.341/2005, do Deputado Doutor Viana; e 5.405/2005, do Deputado Carlos Gomes.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 16ª reunião ordinária da comissão de Redação Na 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 26/10/2005

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir e votar pareceres sobre proposições em fase de redação final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 23ª reunião ordinária da comissão de Administração Pública Na 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 26/10/2005

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 2.433/2005, do Deputado Sebastião Costa; 2.504/2005, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 5.448/2005, do Deputado Sebastião Costa; 5.512/2005, do Deputado Durval Ângelo.

Finalidade: debater as possibilidades de regulamentação das comunidades terapêuticas e os serviços de atenção aos dependentes químicos e seu relacionamento com o poder público, com os seguintes convidados: Srs. Marcus Vinicius Caetano Pestana da Silva, Secretário de Estado de Saúde; Antônio Augusto Junho Anastasia, Secretário de Estado de Planejamento e Gestão; Cloves Eduardo Benevides, Subsecretário de Estado Antidrogas; Paulo Roberto Yog de Miranda Uchôa, Secretário Nacional Antidrogas; Padre Haroldo J. Rahm, da Federação Brasileira de Comunidades Terapêuticas - Febract -; Pastor Wellington Antônio Vieira, Presidente da Credec e representante no Estado da Federação das Comunidades Terapêuticas Evangélicas - Feteb -; e José Geraldo de Castro, Superintendente de Vigilância Sanitária Estadual.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembléia para as 20 horas do dia 24/10/2005, destinada à comemoração dos 20 anos da fundação da Cooperativa de Crédito Rural do Norte de Minas - Credinor.

Palácio da Inconfidência, 21 de outubro de 2005.

Mauri Torres, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Doutor Ronaldo, João Leite, Paulo Piau e Sávio Souza Cruz, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 25/10/2005, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de apreciar a matéria constante na pauta, debater, em audiência pública, os impactos urbanos e ambientais da construção do Centro Administrativo do Estado de Minas Gerais no terreno do Aeroporto Carlos Prates, objeto do Projeto de Lei nº 2.051/2005, do Governador do Estado, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 21 de outubro de 2005.

Laudelino Augusto, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Marlos Fernandes, Doutor Viana, Gil Pereira e Luiz Humberto Carneiro, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 25/10/2005, às 14 horas, no Salão Paroquial, na Praça Alencar Peixoto, nº 12, Centro, na cidade de Barão de Cocais, com a finalidade de discutir o acesso ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf-2004, no Município de Barão de Cocais, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 21 de outubro de 2005.

Padre João, Presidente.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

79ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 18/10/2005

O Deputado Edson Rezende* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público presente e telespectadores da TV Assembléia, boa tarde.

Hoje comemoramos o Dia do Médico. Este dia é muito importante para o povo brasileiro e para a humanidade. Há cerca de 1.400 anos, na Grécia antiga, Hipócrates era um expoente da medicina e tornou-se nossa referência até hoje. Sua luz e seu comportamento, apesar de tantos mil anos, vem influenciando a prática da medicina e o olhar desses profissionais para a questão social e coletiva e para a relação médico-paciente, fundamental para o exercício dessa profissão. Trata-se do respeito à vida humana, da preservação da vida e da luta permanente para tornar a vida das pessoas adoecidas menos dramática e menos sofrida. Enfim, o médico é um bálsamo para aquele que sofre. No pior momento da vida daquele que padece de uma doença grave, ele pode ir além das possibilidades da cura e ser um companheiro. O doente pode ter confiança de contar não apenas com os medicamentos, mas com a presença, o afago e o olhar carinhoso e de esperança que um companheiro à beira do leito pode lhe dar.

Eu, já com 27 anos de formado - completarei 28 em dezembro deste ano -, queria falar a todos os médicos deste Estado da nossa trajetória, do nosso compromisso e também dos nossos desafios. À medida que a sociedade e o mundo contemporâneo mudam a sua forma de vida, as suas concepções, nós acompanhamos esse movimento. Depois de muitos anos de discussões, depois de muitos anos de estudos, depois de muitos anos de observação, a medicina enfim passou a ser considerada, do ponto de vista pragmático, do ponto de vista de políticas públicas, um direito do cidadão e um dever do Estado - aliás, um direito de todos os cidadãos. Então, a construção de um sistema único de saúde nos trouxe um instrumento fundamental, já que, na sua base, nos seus princípios, traz a universalidade como forma de acesso a todos os homens e a todas as mulheres deste país, o acesso igualitário, o acesso solidário e o acesso de direito, de conquista da cidadania de quem porta e traz consigo algum desequilíbrio ou alguma doença. Traz também outro princípio: a integralidade, garantindo a todos acesso universal ao serviço de saúde, a todo serviço de saúde; e acesso universal a um diagnóstico completo tal qual o procedimento, do mais básico ao mais complexo. Enfim, traz outro princípio fundamental: a hierarquização dos serviços de saúde, quando os coloca e os classifica como políticas de saúde de ações básicas, nas quais se fazem a prevenção e a promoção de saúde, nas quais problemas de saúde mais simples podem ser tratados com ações básicas e, na medida em que a doença se torna complexa, além das ações básicas, chamadas primárias, ações secundárias, praticadas por um especialista. Em se tratando de complexidade maior, chegaremos à terciária, momento em que a doença é mais grave e o paciente necessita de internação, ou, então, à quaternária, quando necessita de unidade de tratamento intensivo e de exames mais complexos, como cateterismo cardíaco.

Enfim, o SUS tem a participação efetiva da comunidade da saúde neste país, mas parte desta comunidade tem a participação dos médicos como atores importantes, os que estão na ponta atendendo ao paciente, conhecendo as suas agruras, as suas dificuldades e também o sistema de saúde e, a partir do conhecimento do dia-a-dia, buscando melhorias em um sistema que atenda a todos com a melhor qualidade possível, já que saúde é um direito universal de todos. É também um direito natural, ou seja, desde o nascimento, o indivíduo tem direito a preservar a sua vida, tem direito a uma vida digna em que as doenças sejam tratadas, mas tratadas com dignidade.

Portanto, a todos os médicos que representam este Parlamento - há tantos Deputados médicos neste Parlamento mineiro e tantos outros que estão por aí afora, por esta Minas Gerais, não somente na Capital, especialmente no interior, que estão atendendo a todos os pacientes, trazendo-os de volta à vida e, muito mais, preservando a vida de tantos inocentes, crianças e idosos e de tantas vítimas da violência urbana, dos acidentes de trabalho e dos homicídios por arma de fogo.

Então, este é um dia especial para todos nós. Quero fazer referência a um setor profissional ao qual temos de dar atenção especial. Estou fazendo alusão aos chamados médicos de porta de hospital, aos médicos da urgência e a da emergência, pois eles precisam de atenção especial.

Não queremos menosprezar os demais, que prestam tantos serviços à humanidade, aos que necessitam. Todavia, ressalto aqueles que prestam o primeiro atendimento. Vivemos o milênio do trauma. Deixamos de ser o País ou o mundo em que a epidemiologia se centrava nas doenças infecciosas e parasitárias. Hoje, transformamo-nos em um país, dentro do mundo, em que a epidemia do trauma é a questão maior.

Para se ter uma idéia da dimensão do trauma no Brasil, em 2002, segundo o Sistema de Informações sobre Mortalidade, que é um sistema do Datasus, do Ministério da Saúde, morreram, neste país, 126 mil pessoas, vítimas dos mais variados traumas. Nesse contexto, incluem-se os homicídios por armas de fogo, que giram em torno de 36 mil, os acidentes de trânsito, os traumas por acidentes de trabalho, e tantos outros. Ou seja, 126 mil pessoas morreram em 2002.

Os pacientes, vítimas de traumas, que morreram e os milhares que foram encaminhados aos hospitais e ficaram com seqüelas foram atendidos pelos médicos na emergência. Então, hoje, os médicos que se encontram nas urgências, emergências e Samu são, talvez, os mais importantes, porque a epidemiologia transita das doenças infecciosas e parasitárias para as doenças do trauma, que atualmente são as mais importantes.

Essa é a atenção especial que todos temos de dar a esses profissionais. Eles devem prestar serviços de qualidade, mas também precisam de uma remuneração correspondente ao nível de estresse a que estão sujeitos, ao nível de responsabilidade que têm e ao nível da capacitação permanente que necessitam ter para atender, em primeira mão, aqueles que passam por suas mãos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, sabemos da importância do primeiro atendimento, do que significa a evolução de um paciente bem atendido por um neurologista, por um traumatologista, por um clínico geral, por um pediatra, enfim, por tantos médicos que se encontram na porta dos hospitais com a finalidade de prestar o primeiro atendimento. Sabemos que, dependendo da maneira como for feito o primeiro atendimento, o paciente pode passar por uma boa evolução ou não. A evolução do paciente, então, dependerá do bom atendimento e das boas condições de trabalho do médico. Digo isso porque podemos dispor de um excelente médico na porta do hospital, na emergência e na urgência, mas não dispor de condições, por exemplo, de entubar um paciente com sinais de parada cardíaca. O mesmo acontecerá se não dispusermos de remédios e de uma enfermaria adequada.

Enfim, esse é o enfoque importante que temos discutido nos últimos anos. Entendemos ser da maior importância que o poder público lance seu olhar observador, perscrutador, sobre essa questão. Ademais, deve, prioritariamente, considerar que nesse aspecto está, talvez, um dos grandes gargalos do problema da assistência médica, da atenção à saúde do povo mineiro e brasileiro.

Por último, ressalto que nós, da Frente Parlamentar por um Brasil sem Armas, temos acompanhado a questão da saúde pública relacionada às armas de fogo. Em 2002, morreram 36 mil pessoas vítimas de armas de fogo; em 2003, morreram 39 mil pessoas; e, em 2004, quando foi feita a campanha do desarmamento, esse número - 39 mil - caiu para 36 mil.

Tudo isso demonstrou que há uma relação direta entre a quantidade de armas de fogo e a quantidade de homicídios e de vítimas pela arma de fogo. Quase 5 mil vidas foram poupadas em 2004 pela campanha do desarmamento. Além disso, 11% deixaram de morrer por arma branca.

Às vezes o grupo do "não" pergunta qual a relação existente entre a campanha sobre a arma de fogo e a diminuição das vítimas por arma branca. Ora, na medida em que o povo brasileiro entregou quase 450 mil armas, houve um grande sentimento simbólico, importante, de todos os brasileiros para dizer que não queriam armas, que estas não traziam a paz, mas, sim, a violência. Desse modo, não aconteceu só a entrega do instrumento que mata, a arma de fogo, mas o movimento psicológico e simbólico do povo brasileiro, que deixava claro que a arma não lhe serve. Assim, diminuiriam não apenas as mortes por arma de fogo, mas também as mortes por arma branca. Tudo isso demonstrou o espírito brasileiro de compreender que a violência neste país faz muitas vítimas. Com esse movimento da entrega das armas, aflorou em todos um sentimento, de dentro para fora, porque não somente diminuiram as vítimas de arma de fogo, mas também por arma branca e por outras armas.

Essa questão da arma de fogo está relacionada à saúde pública. Somente em 2002, foram gastos R\$140.000.000,00 no atendimento às pessoas nos hospitais, ou seja, com custos hospitalares de vítimas de armas de fogo. No entanto, o grupo do "não" indaga sobre o gasto de R\$270.000.000,00 com referendo para dizer se o cidadão quer, ou não, arma de fogo. Ora, meus senhores e minhas senhoras, estamos falando de vidas, de pessoas vítimas do rastro da bala. Além disso, junto dessas vítimas diretas, há outras vítimas indiretas. Existem milhares de órfãos e viúvas pelo caminho.

Para concluir, Sr. Presidente, neste Dia do Médico, quero dizer que a questão do referendo está relacionada à saúde pública e, portanto, o gasto de R\$270.000.000,00 para o referendo significa que, se houver menos armas, haverá menos vítimas. Assim, estaremos economizando, e muito, já que é o povo brasileiro que paga pelas vítimas que chegam aos hospitais.

Sr. Presidente, V. Exa., que é médico, sabe que não há apenas gastos com atendimentos nos hospitais, mas muitos outros que não estão contabilizados, como os relativos à fisioterapia, à previdência social e à enfermagem. Enfim, há custo com todo o acompanhamento do paciente após a alta médica. Há gastos para o SUS ou para os planos de saúde. Sem considerar esses custos, gasta-se R\$140.000.000,00, por ano, somente com enfermagem e assistência nos hospitais.

Congratulo-me com todos os médicos deste país que atendem o paciente de forma respeitosa, acompanhando a saúde pública como política pública fundamental, direito de todos e dever do Estado. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

A Deputada Jô Moraes* - Caro Presidente, Deputado Rêmoló Aloise, cumprimento todos os médicos, profissionais deste país e deste Estado.

Trago aqui a posição do meu partido, o Partido Comunista do Brasil, acerca do referendo, ou seja, por que o PCdoB diz "sim" à vida, por que o PCdoB diz "sim" a uma cultura de paz, por que o PCdoB diz "sim" às lutas maiores e a novas políticas de segurança pública, que precisam se instaurar neste país.

Em primeiro lugar, considero que é muito importante entender o significado deste referendo. Algumas pessoas reclamam dizendo: "Não é possível que se gaste tanto dinheiro para fazer uma consulta ao povo".

Quero lembrar aos Deputados e Deputadas que o referendo é uma conquista da democracia. Consultar o povo sobre diferentes aspectos da vida nacional é um direito que foi arrancado nos gritos democráticos da última Constituinte, em 1988. Não foi a primeira vez que ocorreu o referendo. Os que estudam a história lembram que, em 1961, quando Jânio Quadros renunciou, os militares, para aceitar a posse do ex-Presidente João Goulart, impuseram uma lei estabelecendo o parlamentarismo em nosso país. A partir daí, estabeleceu-se o referendo como uma consulta ao povo para saber se havia concordância com a proposta de mudança do sistema presidencialista para o sistema parlamentarista. O povo disse "não" ao parlamentarismo. Foi um momento decisivo, em que o povo brasileiro, em uma consulta direta, em um debate amplo, pôde dizer e estabelecer que tipo de sistema político queria em nosso país.

Este referendo de 2005 sobre a lei do desarmamento é o segundo que se dá, dentro de uma atmosfera que temos de compreender muito mais ampla. O art. 14 da Constituição estabeleceu o referendo, o plebiscito e a iniciativa popular como instrumentos de participação direta, com ampliação da democracia. Esta Casa e o Congresso Nacional são instâncias da representação participativa. Mas, em alguns momentos da vida nacional, é preciso que o povo seja convocado não apenas para votar, de quatro em quatro anos ou de dois em dois anos, mas, sobretudo, para externar a sua opinião acerca de questões fundamentais que estão em debate no cenário nacional.

É evidente que muitas pessoas dizem: "Referendo sobre desarmamento não era necessário, porque há uma lei aprovada em dezembro de 2003, que estabelece...". É bom que se entenda que o problema do desarmamento civil estabelece essa legislação, um controle maior sobre as armas que trançam pelo País. Trata-se de um controle maior sobre a posse e o porte de armas.

A população muitas vezes confunde a posse, que é o direito de comprar um revólver, e o porte de armas, que é poder circular nas ruas com uma arma muito capaz de produzir e provocar acidentes os mais impossíveis de serem provocados.

Quando se discute o desarmamento, queremos compreender que, do nosso ponto de vista - e, também, talvez, do ponto de vista do povo -, a proposta de referendo sobre o desarmamento poderia não ser a prioridade que estabeleceríamos. Há outras prioridades no País. Há a prioridade de se discutir que tipo de sistema econômico queremos estabelecer no País. Como é que vamos tratar a política do salário mínimo, a

questão da reforma agrária e dos juros altos?

É bom que a população valorize esse referendo, pois, se não fosse ele, a população não saberia que a discussão sobre o Estatuto do Desarmamento vem desde as décadas de 80 e 90, sendo criado o primeiro Estatuto em 1997. Nesse debate, há verdadeira disputa de torcidas, e uma não escuta os argumentos da outra.

Devemos estabelecer a verdade dos fatos e o significado do referendo. É importante que as pessoas saibam que esse referendo não foi convocado agora, devido à crise do "mensalão" e às CPIs, mas, sim, em dezembro de 2003, por meio da Lei nº 10.856. Poderíamos estar tratando de outras prioridades, mas o maior mérito desse referendo é compreendermos que, se não fizermos com que o povo discuta e participe desse processo, não avançaremos nem aperfeiçoaremos nossas instituições.

Quando defendemos o "sim" ao desarmamento civil, não estamos dizendo que isso resolverá o problema da violência, pois não somos demagogos. O desarmamento civil é o primeiro passo de uma política pública de segurança. É uma medida concreta, que fará com que menos vidas sejam ceifadas.

O jornal "Folha de S. Paulo", de hoje, publicou uma notícia com o título "Tiro acidental mata aluno em sala de aula", o que nos choca. Em São Paulo, um jovem de 15 anos, sentado em sua cadeira, foi atingido por uma bala da arma de um colega que estava atrás. Seu pai nem sequer sabia que ele havia levado a arma para a escola. Estava mexendo na arma que havia trazido de casa e, acidentalmente, ceifou a vida de um aluno de 15 anos.

Estamos discutindo o desarmamento civil, cujo intuito é reduzir a morte acidental, reduzir a morte que é resultado do imponderável da vida, da irritação no trânsito, da ofensiva de um marido ciumento, que ataca sua mulher por puro ciúme.

Devemos compreender que a violência possui dimensões maiores e que a crise social, em cujo ventre se gesta a violência cotidiana, precisa ser enfrentada com políticas sociais, com políticas de emprego, de saúde, de educação e de segurança.

Ao apreender 97 mil armas nos últimos 3 anos, a Polícia Federal e o Ministério da Justiça reduziram em mais de 5% o número de homicídios por arma de fogo. No próximo domingo, votaremos 2, "sim", pois desejamos a redução da morte, a preservação da vida. Todavia, sabemos que apenas isso não resolverá os imponderáveis problemas que enfrentamos nos dias atuais.

O Deputado André Quintão (em aparte) - Deputada Jô Moraes, nobre amiga e companheira, serei breve para que V. Exa. continue com o seu brilhante pronunciamento. Reitero que, por unanimidade nesta Casa, o Bloco PT-PCdoB assinou o requerimento para um Brasil sem armas, pelo voto "sim", pelo voto 2. O coordenador dessa frente é o Deputado Edson Rezende, nosso companheiro. Faço coro com V. Exa. primeiramente pela importância de mais um mecanismo democrático de consulta, que ocorre nos países mais avançados do mundo. É muito bom que o Brasil se acostume com a participação direta da população.

Evidentemente referendar a proibição do comércio de armas não resolverá todos os problemas, mas é um caminho e um dos elementos. O mais grave deles talvez seja a autodefesa. Certamente a lei de quem pode mais, da força física, da violência e da defesa armada significará um atestado de falência nas instituições democráticas e no Estado de Direito. Portanto, o que está em jogo neste domingo é uma questão muito importante: a confiança no Estado brasileiro. É evidente que não é a confiança no Estado historicamente construído no País, mas sim no Estado democratizado e eficiente na gestão pública.

Faço coro com V. Exa. Temos mais alguns dias para realizarmos democraticamente esse debate com a população. Mais uma vez ressalto que o voto do Bloco PT-PCdoB é "sim", voto 2, no domingo.

A Deputada Jô Moraes (continuando) - Antes de conceder aparte à Deputada Maria Tereza Lara, ressalto que esse aspecto levantado pelo Deputado André Quintão é um corte extremamente autoritário daqueles que reclamam que se está gastando muito dinheiro para consultar o povo. Daqui a pouco, reclamarão que se gasta muito dinheiro para que ocorra uma eleição e que não são necessários parlamentos, porque a democracia gasta dinheiro. Gasta-se dinheiro com juros altos e com a exacerbação da indústria de segurança, em que somente os ricos podem.

Deputada Maria Tereza Lara, assusta-me muito o que dizem àquelas pessoas simples. Ontem, numa escola, perguntei-lhes: "Vocês terão dinheiro para comprar uma arma?". Responderam-me: "Não tenho dinheiro; aliás, nem quero comprar uma arma; porém, defendo o direito de comprá-la". Esse direito de comprá-las é dos privilegiados, daqueles que têm condições de se acautelarem com esquemas de segurança, dos ricos.

O aspecto mais dramático desse referendo é a confusão que se criou sobre essa questão de direito. Sei o que é ter direito à liberdade e à possibilidade de existir. Passei 10 anos na calada da noite sob a ditadura militar e sob o tacão das armas deste país. Hoje vemos que o povo precisa da proteção do Estado. Estamos lutando por políticas públicas de segurança. Desejamos um Judiciário eficaz, porque não adianta prender os bandidos e soltá-los com qualquer alvará de soltura. Precisamos de penitenciárias e de aperfeiçoamento do aparato policial, para que as armas não circulem entre eles; e, sobretudo, precisamos de emprego e de trabalho e que o Estado assuma a sua posição. Como bem disse o Deputado André Quintão, o "olho por olho e o dente por dente" leva aos massacres de crianças na sociedade americana; é a sociedade que lega o morticínio que hoje se vive no Iraque.

É por isso que estamos aqui, para dizer e apelar pelo "sim". Trata-se de um apelo pela cultura da paz, para o primeiro passo, a fim de construirmos uma política pública que leve eficaz segurança à população.

V. Exa., Deputada Maria Tereza Lara, que é cristã, que batalha pela vida, sabe perfeitamente que cada vida que se preserva com o desarmamento civil, com o recolhimento dessas armas - sobretudo, com o controle -, é extremamente importante. É isso que as pessoas não sabem. A Lei nº 10.856 já existe e faz, fundamentalmente, um controle. Isso é importante para não vermos manchetes como as do jornal "Hoje em Dia": "A arma ilegal provoca 67% dos crimes". A polícia checou 1.201 armas envolvidas em ocorrências; 808 delas não tinham o registro. É esse registro que pode inibir o crime; é ele que facilitará a apuração dos crimes ocorridos no País. Esse controle fará com que possamos, com toda a certeza, fazer, neste domingo, um apelo de paz.

A Deputada Maria Tereza Lara (em aparte)* - Nobre companheira, Deputada Jô Moraes, solicitei um aparte apenas fazer coro com V. Exa.

De fato, defendemos o "sim" por todos os motivos explanados por V. Exa. Esse suposto direito individual de andar armado se sobrepõe ao respeito à vida da sociedade, sobretudo dos marginalizados, que necessitam do Estado para sua defesa, conforme V. Exa. disse muito bem.

Nestes dias, temos de fazer este amplo debate, pois os proprietários de fábrica de armas é que têm financiado um discurso dizendo que o trabalhador brasileiro precisa estar armado para se defender. Não é isso que queremos. O que precisamos é de políticas públicas de defesa do

cidadão, por meio da segurança financiada pelo Estado. Obrigada, pelo aparte.

A Deputada Jô Moraes* - Para concluir, Sr. Presidente, quero dizer que o referendo é uma conquista, mas precisa transformar-se num debate mais amplo, não apenas sobre a lei do desarmamento. Se voto "sim" no domingo, estou querendo um controle sobre as armas e que elas não passem a circular ilegalmente e eu venha ser vítima de um crime. Se digo "não", quero a continuação desse processo de comercialização em que, com toda a certeza, quem ganha são as indústrias produtoras de armas; quem perde são os homens e mulheres que, no cotidiano, enfrentam a violência e a criminalidade. Além disso, enfrentam os conflitos que, na sua vida, na sua situação doméstica, passam a sofrer.

Ao concluir, quero dizer que, mais que o desarmamento civil, estamos precisando do debate com toda a sociedade de um projeto de desenvolvimento que garanta não o direito a matar ou a morrer, a ter uma arma, mas sim o direito ao trabalho, à educação, à cidadania e, sobretudo, o direito a dizer "sim" ou "não" a cada questão que a sociedade assim o exigir. Muito obrigada.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlos Pimenta* - Obrigado, Presidente. Queria cumprimentar V. Exa., os Deputados e as Deputadas presentes, a imprensa, o povo de Minas Gerais. Inicialmente, Sr. Presidente, antes de abordar o assunto que me traz hoje à tribuna, gostaria de trazer, como Presidente da Frente Parlamentar da Saúde desta Casa, meus cumprimentos aos colegas médicos desta Casa e de todo o Estado de Minas Gerais. Dezoito de outubro, Dia do Médico, é um dia importante, de reflexão. É um dia em que os médicos, principalmente aqueles que trabalham nos programas sociais, nos programas de saúde pública, merecem ser reverenciados. Temos colegas que estão pelo sertão afora, pelo interior, exercendo a nobre função de ser o médico das famílias, o clínico-geral que já não encontramos nos grandes centros, aquele que caminha pelas casas das pessoas levando o conforto da palavra e a ciência. Quero trazer minha homenagem, na pessoa do Presidente nesta reunião Deputado Rêmolo Aloise, que é médico, e dizer quanto é importante para nós fazer essa reflexão.

Cumprimento os médicos cooperados, aqueles que trabalham nos prontos-socorros, aqueles que trabalham nos postos de saúde, e quero abraçar a todos na pessoa dos colegas médicos da minha cidade de Montes Claros. Montes Claros tem hoje duas Faculdades de Medicina e a difícil e espinhosa missão de fazer o atendimento da saúde, não só do Município, mas também de dezenas de outros Municípios do Norte de Minas e do Sul da Bahia.

Ficam então minhas homenagens e meus cumprimentos aos colegas médicos que brilhantemente exercem suas profissões e que dão sua contribuição para aperfeiçoar cada vez mais o sistema de saúde, vencendo as dificuldades do SUS, os pagamentos aviltantes do governo federal em face das tabelas de procedimentos médicos. Ficam estas homenagens em meu nome e no dos 12 colegas médicos, Deputados na Assembléia Legislativa de Minas Gerais.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria mais uma vez de abordar um assunto que nos últimos 30 dias abordei em duas ocasiões. Estou falando sobre o flagelo da seca, o flagelo da falta de água, as dificuldades terríveis por que estão passando os norte-mineiros, as pessoas que moram no Vale do Jequitinhonha e no Noroeste do nosso Estado.

Acabei de receber três telefonemas: um da Prefeita de Riacho dos Machados, a companheira Domingas; um de companheiros da cidade de Januária; e um de amigos e companheiros do Vale do Jequitinhonha, da cidade de Medina. São três cidades, distantes uma da outra, mas com os mesmos apelos: "Deputado, estamos nas nossas cidades enfrentando uma terrível seca como jamais se viu nos últimos anos, uma seca que está tirando a vontade de trabalhar do povo norte-mineiro. O desânimo é evidente na fisionomia das pessoas que moram em nossa região". Os três líderes políticos solicitam - acredito que têm feito o mesmo com os demais representantes do Norte de Minas - que peçamos, em nome de Deus, aos governantes, ao governo do Estado e ao governo federal que os acudam urgentemente. A sede não pode esperar. A falta de chuva é evidente. Estamos passando por dificuldades muito grandes.

A Rede Globo de Televisão, nos últimos dois dias, tem dado dramático destaque à situação de Montes Claros e do Norte de Minas. Talvez com isso possamos sensibilizar nossos governantes em nível federal.

O governo do Estado, por meio da Secretaria, tão bem administrada pelo companheiro do PDT Manoel Costa, e da Coordenadoria de Defesa Civil, divulgou, na semana passada, suas ações imediatas. Foi publicada a relação dos Municípios em situação de emergência e em estado de calamidade pública.

A partir de hoje, o governo estará presente, embora de forma acanhada: fará a cessão de um caminhão-pipa, para que o Município ofereça água potável para seu povo beber; doará uma lona de PVC pipa para também ajudar no combate à seca; oferecerá equipamentos para mais de 400 poços artesianos já perfurados, mas lacrados há vários anos.

Cumprimento o companheiro Manoel Costa, nosso Secretário e Presidente do PDT, e o Cel. James, responsáveis pelas únicas atitudes tomadas em nome do Governador Aécio Neves, por insistência desta Casa, dos Prefeitos e das Lideranças. Cumprimento-os, pois, a partir dessas atitudes, teremos chance de não ver as pessoas morrerem de sede.

O governo está alugando um caminhão-pipa para cada Município. As pessoas que nos assistem neste momento, por meio da TV Assembléia, idealizada pelo companheiro Alencar da Silveira Jr., do PDT, há alguns anos, podem estranhar que utilizemos a tribuna desta Assembléia para congratular-nos com o governo pela cessão de um caminhão-pipa, mas lembramos que, por meio desse caminhão, caros Deputados, teremos a chance de matar a sede. Eles pegam a água potável nos mananciais, nos poços artesianos, e distribuem-na de fazenda em fazenda, de casa em casa. Colocam dentro do tambor a água que as pessoas estão consumindo, com a qual cozinham os alimentos. Não quero nem falar da água para a higiene pessoal, pois ela praticamente não existe.

Estamos vivendo um estado de calamidade verdadeira. A Rede Globo mostrou claramente o que vem ocorrendo na região. A reportagem seguiu o caminhão-pipa e mostrou-o quando depositava a água no tambor. Mostrou ainda o trabalho - que para muitos não tem importância - da construção da cisterna de superfície, aquelas que fazem a captação da água da chuva, armazenando-a por vários meses: 18.000 litros de água por família. Esse é o único socorro que as famílias têm no Norte de Minas.

Em Montes Claros, ontem, estava 43°C. A umidade relativa do ar chegou a 12%, o menor índice registrado nos últimos anos. As pessoas não conseguem respirar: o ar está seco. Isso traz doenças e debilita os que já estão debilitados pela falta de água e alimentos na região.

Por meio da Sedec, fomos informados de que quase 600 córregos e rios estão secos no Norte de Minas. Os grandes rios, como o Verde Grande e o Pacuí, estão sem curso de água normal, apresentando cortes. Há um tempo, não podíamos imaginar que isso ocorreria com o Rio Verde Grande. E hoje ele está secando. A água desse rio não serve para abastecer a população de Capitão Enéas, que retira água salobra, calcária e dura do seu subsolo.

Além de agradecer ao Governador Aécio Neves pelo apoio, solicito às Prefeituras que ainda não encaminharam o ofício, em que estejam

solicitando os pequenos, mas importantes benefícios pelo estado de emergência e de calamidade pública, que o façam ainda nesta semana, para que possamos providenciar o socorro.

Faço um apelo ao governo federal, para que o Congresso Nacional e a Câmara dos Deputados solicitem socorro ao Ministério da Integração Nacional em favor dos flagelados da seca do Norte de Minas.

Nos anos passados, esse socorro chegava na hora, por meio do Exército, que cedia caminhões-pipas e abria frentes de trabalho, com projetos de equipamentos de urgência para a abertura de poços tubulares e adutores para levar água ao povo. Hoje, 18/10/2005, já próximo do período chuvoso, apesar de chegar tardiamente nessa região, solicitamos ajuda do governo federal, que dispõe de recursos.

Discordo da minha caríssima e competente colega Deputada Jô Moraes, porque o governo gastará, neste final de semana, R\$600.000.000,00 com o referendo, de que sou a favor, porque nada é mais importante do que consultar o povo, mas, no ano que vem, haverá uma eleição regular, ocasião em que poderia ser feita essa pergunta sobre a venda legal de armas no comércio, sem prejuízo da democracia. Com esse dinheiro, combateríamos esse flagelo e essa injustiça contra o Norte de Minas, o Vale do Jequitinhonha e o Noroeste de Minas.

Consultar o povo é importante, mas isso poderia ser adiado. Desses recursos, 10%, ou seja, R\$60.000.000,00, poderiam ser utilizados no combate ao crime em Minas Gerais, proporcionando mais condições às Polícias Civil e Militar, a fim de exercerem com maior eficiência o controle da criminalidade.

Discordo da Deputada Maria Tereza Lara quando disse que quem defende o "não" nas eleições de domingo está sendo financiado pelas grandes empresas produtoras de armas. As manifestações feitas desta tribuna, pelo menos a minha e a do Deputado Sargento Rodrigues, foram de foro íntimo. Democraticamente, expusemos as nossas opiniões.

A companheira Deputada foi infeliz ao dizer que as empresas que fazem armas estão financiando posições contrárias à dela. A população está dividida. Na última pesquisa que vi, parece-me que a opinião pública está equilibrada, o que será confirmado no domingo.

Todos temos o direito de dizer que somos favoráveis à venda legal de armas pelo comércio. Não são essas as armas que estão nas mãos dos criminosos nem as que estão promovendo os assassinatos que vemos. O bandido não compra arma no comércio localizado. Ele compra armas cada vez mais sofisticadas no tráfico, na fronteira, financiado pelo tráfico de drogas e pelo crime. A polícia e a sociedade sabem disso.

Votarei pela venda legal de armas, porque qualquer cidadão que se sente responsável, capacitado, poderá defender a sua vida e a de sua família.

Deputada Jô Moraes, vemos notícias, como V. Exa. disse, que retratam fatalidades, mas também vemos notícias mostrando que os criminosos estão cada vez mais armados e entrando em nossas casas. Eles não respeitam condomínios nem prédios. Invadem. Colocam a população presa em suas casas e andam impunemente pelas ruas. Matam, traficam e drogam os jovens cada vez mais cedo. Sabemos que tudo isso existe.

Certamente a venda legal de armas não resolverá o problema. A solução está no fortalecimento da sociedade, investimento em programas sociais, no militar, que deve ser retirado das favelas onde mora, onde convive com criminosos, dando a ele condições de viver com mais dignidade e tranquilidade.

Não ia tratar desse assunto, mas faço-o porque temos aí um contraste. De um lado, uma legião de milhões de pessoas que já não agüentam viver nem conviver com a seca e, do outro, o governo, em nome da vida, diz que pode gastar os R\$600.000.000,00, que tudo é natural e faz parte da democracia. Esses R\$600.000.000,00 podem fortalecer a segurança pública no País e podem trazer um pouco mais de tranquilidade aos milhares de mineiros que estão sem poder beber água dignamente. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Doutor Viana - Sr. Presidente, Deputados, Deputadas, imprensa, funcionários da Casa, telespectadores da TV Assembléia, público das galerias.

Como médico e parlamentar, hoje, 18/10/2005, quero abraçar e saudar todos os médicos mineiros e brasileiros pelas comemorações do Dia do Médico. Enaltecer seu desempenho é algo que o profissional médico não busca, mas é realmente bem-vindo, pois representa um incentivo a sua dedicação e uma recompensa que faz bem ao coração desses discípulos de Hipócrates.

Abrandar a dor de quem precisa, aliviar o sofrimento, restituir a alguém a saúde, lutar contra a doença e a morte, tudo isso é parte do cotidiano dos médicos por todos os rincões de nosso Estado e do Brasil. Por isso eles merecem nossas homenagens.

Médicos e médicas de Minas Gerais, não tenho como parabenizar cada um de vocês, meus colegas, por isso faço uso desta tribuna para felicitá-los. Envio, também, um abraço especial à nova Diretoria da Associação Médica de Minas Gerais, na pessoa de seu Presidente, José Carlos Vianna Collares Filho, cuja posse ocorrerá no próximo dia 21 de outubro. Parabéns a todos vocês.

Parabenizo, também, os professores pelas comemorações do Dia do Professor, em 15 de outubro. São eles, professores e professoras, pessoas dignas e verdadeiros mestres do nosso tempo, queridos profissionais que enobrecem o nosso país. A cultura, o saber, as características e as informações de um povo puderam ser guardados pelos tempos, revelados por esses mestres professores, os maiores responsáveis pelo conhecimento de uma nação. Por meio de palavras e letras, eles transportaram a comunicação. Nos primórdios, cabia aos mestres o domínio do conhecimento, que seria guardado no papel, arquivado ou transportado, para que a civilização tivesse contato com os lugares mais distantes. Povos e culturas conseguiram, por meio do alfabeto, registrar e transmitir informações sobre as suas maneiras de viver, seus sentimentos e suas crenças, democratizando o saber.

Analisando o papel do educador, ele cotidianamente coloca-se frente ao educando e, por meio das palavras, vai desbravando horizontes, construindo novas interfaces e buscando conceitos que norteiam uma vida para o bem. Falo dos professores porque cabe a eles a missão de alfabetizadores, de semeadores do conhecimento. Apesar de todos os empecilhos que a vida lhes impõe, eles não desistem. São corajosos e persistentes, continuando com a importante missão de transmitir o conhecimento a quem precisa. Reconheço as grandes dificuldades pelas quais esses profissionais têm passado ao longo dos últimos anos, mas tenho a esperança e a certeza de que, num futuro bem próximo, dias melhores virão.

Segundo dados da Unesco - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura -, quase 4 bilhões de pessoas no mundo sabem ler e escrever, em uma população estimada em mais de 6 bilhões. Mas o que eu quero ressaltar aqui, neste momento, é o dedicado

trabalho de nossos alfabetizadores, incansáveis professores, mestres devotados que procuram viajar pelas mentes das crianças, jovens e adultos, ensinando-lhes e abrindo-lhes as portas para o saber. Devemos sempre olhar para os professores como verdadeiros heróis da educação, disseminadores da cultura de uma raça e de toda nossa nação. Parabéns, professores.

Como terceiro assunto, quero falar do referendo do desarmamento no dia 23 de outubro, no próximo domingo. Também sou a favor de um Brasil sem armas, já que sempre avalio que arma não é a solução. Como pediatra, já presenciei momentos dramáticos e deles participei quando, acidentalmente, crianças se vitimaram ou fizeram outras de vítima exatamente por haver armas na casa de uma delas.

Outras situações em que pudemos perceber a desnecessária presença da arma nos faz ter a consciência de que não vale a pena carregá-la, já que não será solução para defesa pessoal de ninguém, até porque os bandidos são profissionais e a eles sempre cabe a surpresa, fator que não compartilhamos. Então, temos como preceito uma população sem armas, mas não desarmada do ponto de vista do conhecimento nem da cobrança da segurança que deve ser promovida pelo governo. Segurança é dever do governo e direito do cidadão na medida em que pagamos impostos, pois parte destes deve ser destinada a essa finalidade. Cabe a nós, parlamentares, representantes do nosso povo, cobrar dos nossos governantes municipais, estaduais e federais todas as ações em benefício da segurança da população.

Como quarto assunto, volto a cobrar da Mesa desta Casa - tenho a certeza de que, em poucos dias, daremos início a esse processo - a abertura da licitação para contratação de plano de saúde ou a mudança do plano de saúde vigente na Casa, por não atender devidamente ao previsto e por ter deixado os servidores e seus dependentes sem um bom atendimento e até mesmo sem nenhum atendimento. Desde o início, lutamos em prol da melhor qualidade e da prestação de bons serviços de saúde para prevenção e tratamento de doenças dos funcionários, dos Deputados, dos dependentes e dos aposentados. Ainda que não tenha nada contra o plano vigente, volto a falar da deficiência no atendimento, tendo em vista o número de reclamações, e, em consequência, do mau atendimento e de outras seqüelas. Cobramos da Mesa que faça rapidamente nova licitação, para dotarmos a Casa de um plano de saúde à altura dela, com prestação de serviço de qualidade, e não apenas baseada em preço. Preço é importante, mas, às vezes, o barato pode custar muito caro, e esse caro talvez não seja fatal.

Por último, falo da satisfação de que ainda hoje poderemos votar, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 2.726/2005, da Mesa desta Assembléia, que reconhece e coloca em votação o reajuste dos vencimentos dos servidores do Legislativo Estadual. Trata-se também de uma consideração e uma cobrança nossa, uma vez que, há muitos anos, os funcionários desta Casa também não recebem aumento.

Os assuntos que trazemos a esta tribuna na tarde de hoje são de extrema importância. A nossa intenção foi provocar a reflexão de todos, porque essas questões são de fundamental importância. Então, faço essas considerações tendo em vista o Dia do Médico, o Dia do Professor, o Projeto de Lei nº 2.726/2005, da Mesa da Assembléia, e o referendo. Esta é a nossa defesa: votar "sim", votar "2" e confirmar. Finalmente, desejamos a abertura, o mais rápido possível, do processo da licitação do novo plano de saúde para os funcionários desta Casa e seus dependentes, tendo em vista um atendimento digno à saúde. Sr. Presidente, Srs. Deputados, esses eram os assuntos que tinha que tratar.

O Deputado Irani Barbosa* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, alguns assuntos me trazem a esta tribuna. Em primeiro lugar, ressalto que, às vezes, ouço reclamações de alguns Secretários de Estado veiculadas por alguns parlamentares desta Casa. Não sei como poderia traduzir essa insatisfação. Tenho dificuldades em me relacionar com o poder. Todavia, da parte do secretariado do Governador Aécio Neves, não temos enfrentado nenhum obstáculo para resolver problemas relativos às nossas bases no interior.

Alguns até merecem destaque. Posso citar o Secretário Agostinho Patrús, que tem tido conduta ilibada na Secretaria, de quem fui adversário ferrenho, durante muito tempo, nesta Casa. Menciono também a Secretária de Educação, Sra. Vanessa, que também tem tido um carinho ímpar com a educação do nosso Estado. Não poderia deixar de citar um quase adversário de região, já que disputamos muitas cidades na Zona da Mata, que é o Secretário de Saúde, Dr. Marcus Pestana.

Não tenho tido nenhum senão com esses Secretários. Logo, admira-me a reclamação feita por alguns integrantes desta Casa, no que se refere a alguns desses nomes. Todos estão conduzindo seus trabalhos, de forma adequada, atendendo a todos os Deputados sem restrição, independentemente da cidade e do partido que a governa. Portanto, fica aqui minha observação no que se refere à conduta e à lisura desses Secretários.

Em segundo lugar, saliento que a Mesa da Assembléia começará a pagar seus pecados, quando votar um aumento de 15% para os servidores desta Casa, que não têm reajuste há mais de oito anos. Com muito atraso, vai-se fazer uma pequena reparação. Alguns integrantes deste Poder sempre tentaram - e conseguiram - reduzir vencimentos, aplicando uma lei quase marcial, ou seja, uma lei que premiava sempre a incompetência e não buscava a valorização do servidor desta Casa Legislativa. Portanto, Sr. Presidente, entendo que é muito tarde, mas vem aí um pequeno reparo.

Espero que esta Mesa, que tem na sua maioria integrantes de bom-senso, possa ainda reverter esse quadro e buscar uma postura que sempre foi o balizador desta Casa, ou seja, a sensatez, e remunerar condignamente seus servidores, independentemente do que pensam os outros Poderes. Afinal, esta Casa sempre teve postura independente, o que não estava sendo aplicado nos últimos anos, pois não vinha exercendo o seu poder.

Considerando esse poder de exercer o direito, também não poderia deixar de falar sobre o referendo, em relação à utilização de arma neste país. O referendo é sobre a proibição, ou não, porque todo o restante da legislação já é regida pelo Estatuto do Desarmamento, que criou grandes dificuldades para se obter uma arma de forma legal.

Trata-se de um momento em que se proíbe um país de fabricar armas, de fabricar munição, um país que tem de defender uma Amazônia, que tem de defender uma soberania nacional. Hoje não temos um exército armado à altura, equipado à altura da defesa das nossas fronteiras. Nossa polícia mal consegue manter, no limite do suportável, a ordem pública dentro dos Estados, principalmente nas regiões metropolitanas.

Tudo isso nos vale uma reflexão profunda: coincidências ou evidências. Quanto ao partido que recentemente assumiu o poder, não faltaram momentos em que os seus, eu diria, não sei se seguidores, comparsas ou formadores de uma mesma quadrilha, diziam que o poder tinha de ser tomado pelo povo com armas na mão. Esse partido vira-folhas, de pessoas sem identidade, aliás com identidade formada no crime, com seqüestros, assaltos a banco, corrupção, rouboalheira em todos os níveis, alguns até mais pesados, valendo até assassinato de várias pessoas para encobrir, às vezes, um crime. Um crime que, às vezes, multiplica-se por 7, 8, 10 pessoas, como já tivemos aqui, recentemente, numa cidade próxima, em Betim: uma questão de tiroteio. Parece que as questões desse partido, quando surge lama, são resolvidas na base da bala, matando, principalmente, inocentes ou alguém que possa revelar alguma coisa.

Pensando nisso, a nossa reflexão foi mais longe. De repente, assume o poder um Presidente que não governa. Quem mandava ou manda ainda, porque rolam cabeças e mudam os escalões... Um era mais competente para roubar, obviamente. Cortou-se a cabeça do ladrão maior. Coloca-se nas mãos dos mesmos comparsas, com menos habilidade, às vezes, mas também com as mãos ligeiras. Falam manso, mas a mão é ligeirinha.

Vemos o País entulhado numa lama sem fim, já no fundo do poço e buscando cavar mais ainda para atingir profundidades maiores, porque o

poder, quando é exercido por pessoas de bem, é nivelado de forma a atender o cidadão; mas, quando é exercido pela mão do mal, busca nivelar o governo pelos maus, por aqueles que cometem crimes. Aliás, a base ideológica, a base de sustentação foi a base do crime. Não se pode dizer que um partido é íntegro quando esse surge de estelionato, de falsificações, de mentiras, de covardia, de luta armada com guerrilha, quando ele é financiado por guerrilhas de outros países.

Recentemente alguns assuntos foram abafados, mas tivemos informação de que o partido que hoje governa o País obteve recursos das Forças Revolucionárias Colombianas - Farc.

Isso nos leva a uma reflexão muito maior, a quase uma alucinação. Mas não é uma alucinação. Se analisarmos a história do mundo inteiro, observaremos que os países que foram governados por esse povo de mãos sujas, mas que se apresenta à Nação como se fossem as pessoas mais íntegras e limpas do Planeta, fazem o que fizeram na Rússia, no Leste europeu e em Cuba. Nesse país colocaram um ditador porco, sujo, nojento, asqueroso para submeter o povo a um governo insano, onde o homem tem direito a trabalhar se tiver emprego e a mulher tem obrigação de se prostituir para sustentar a economia da família por míseros dólares de turistas que frequentam esse país.

Conheço esse país apenas de história. O último lugar no mundo que eu teria vontade de conhecer - e, se Deus quiser, não terei vontade e nem quero ir - seria um país igual a Cuba, onde o povo vive chafurdado sob as patas de um ditador que é endeusado por esses quadrilheiros que se dizem partido no País.

Essa reflexão vai mais além ainda. Será que essas comissões de direitos humanos que tomaram vida durante esses governos de esquerda não seriam uma organização do crime já bem organizado no País? Organizaram chefes de facções, de comandos e de setores mais sórdidos do crime no País para que, em determinado momento, o nosso povo fosse induzido a uma novelinha, por alguns artistas que recebem um troco muito bom para defender o "sim". São sempre aquelas carinhas de inocentes dizendo que o filho do meio do Sr. Francisco levou esta Nação conduzindo um imbecil à Presidência da República. Com aquela inocência, tocando viola e sanfona e uma musiquinha, levou o País a essa perdição, bandidos do poder.

Esse mesmo artista é aquele que defende o "sim", aquele que vem aqui com cara de bonzinho, de santo achado, de santinho de pau oco, para defender o "sim". O direito universal de legítima defesa é sagrado, inserido em nossa Constituição, que tem sido vilipendiada por leis negociadas e votadas por Deputados que recebem "mensalão". Está aí a farsa, cassarão 15 ou 20, mas ali não há nenhum recebedor do "mensalão", mas sim os repassadores do "mensalão". Há muitos outros Deputados que recebem o "mensalão".

Curiosamente, no País inteiro, todas as comissões de Direitos Humanos são presididas por esse partido. Dessas forma, no momento em que se desarmar o povo, teríamos o generalíssimo (?) no poder, para subjugar o nosso povo e colocar este País, de dimensões continentais, subordinado àqueles mesmos comparsas que levaram o País à lama - embora ele brigue a cada dia e em cada canto pela liberdade -, transformando-o numa ditadura de esquerda tão porca e tão suja quanto as mãos daqueles que prometeram ética.

Fica registrada a minha reflexão para aqueles que puderam ouvir. Tenho o direito de pensar e decidir livremente. Voto pelo "não", pois, se essa esquerda porca, suja, nojenta, formada por comparsas e quadrilheiros resolver tomar o meu País, poderei sair às ruas para defender o povo de bem e agir, conforme eles aconselhavam no passado: colocar a mão em uma arma. Usá-la-ei para defender o País contra esses bandidos que assumiram o poder. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, componentes da Mesa, Deputadas e Deputados, telespectadores que nos assistem pela TV Assembléia, bancada de imprensa, senhoras e senhores presentes nesta Casa. Agradeço ao Presidente os 120 minutos. Espero não precisar usar todo esse tempo. De antemão, solicitei o art. 70. Agradeço ao Deputado André Quintão, nosso Líder, por me passar a palavra para fazer algumas considerações em nome do PT; aliás, já o havia pedido desde o início desta reunião. Prefiro não utilizar os 15 minutos do chamado "pinga-fogo", porque, primeiramente, tenho mais que esse tempo.

Foi bom pronunciar-me depois do Deputado Irani Barbosa, do PSDB, que mais uma vez usou a tribuna desta Casa para dizer que o PT é um partido formado por quadrilhas, etc. Ele poderia retroceder ao seu partido e promover uma análise de quem é quem e quem faz quadrilha em partido político. Daí fariamos uma análise do Fernando Henrique Cardoso, do Eduardo Azeredo e do José Serra, para demonstrar a quadrilha que assaltou durante anos este país, misturados a outros políticos conservadores. Eles promoveram um mar de lama com privatizações completamente evadidas não somente de erros, mas também de roubalheiras. Assistimos a isso no Brasil durante todo o período, sem que o Presidente Fernando Henrique deixasse que se criasse uma comissão parlamentar de inquérito para promover investigação no governo passado, a fim de esconder debaixo do tapete toda a roubalheira que fizeram no processo de privatização. Evidentemente, Fernando Henrique era o líder maior do PSDB, partido do Deputado que me antecedeu e que fala em nome dele, pois é onde ele está. Se o PSDB aceita qualquer parlamentar, deve responder pelo que esse Deputado diz em seu nome.

Sr. Presidente, gostaria de apresentar uma análise mais estreita e aprofundada do momento político e econômico que vive o Brasil. É importante que, de fato, isso seja feito da tribuna desta Casa. Vivemos um momento em que o Brasil tem condições - e certamente as terá - de dar um salto de qualidade esperado por todos. Trabalhamos para isso. Há alguns momentos bons que precisamos aproveitar do ponto de vista político. Vivemos um momento desses, apesar da crise política. É forçoso reconhecer a crise por que passa o Brasil. Uma crise política que - já tive a oportunidade de fazer uma análise - advém, principalmente, do sistema político-eleitoral no qual vivemos.

Sr. Presidente, o parlamento brasileiro é um dos parlamentos em que mais mudanças ocorrem a cada eleição. Temos uma renovação, seja nas Câmaras de Vereadores, seja nas Assembléias Legislativas, seja na Câmara Federal, em torno de 40% a cada eleição, que é uma média alta. Em quase nenhum parlamento do mundo há tanta renovação; no entanto, a credibilidade do parlamento não é conseguida. Isso significa que o problema não se reduz apenas aos políticos eleitos, mas sim ao sistema político. A representatividade do parlamento brasileiro não satisfaz a sociedade brasileira hoje, o que nos coloca na obrigação, evidente, de pensar e fazer uma verdadeira reforma política no Brasil.

Infelizmente - e esse erro admito que o Presidente Lula e o PT cometeram -, não colocamos como peça fundamental, no início do governo, a reforma política. Esse erro tem que ser assumido, de fato, como erro do PT e do governo, principalmente porque são os que deveriam ter puxado essa discussão no Congresso Nacional. Não o fizemos, assim como no governo passado, nos dois mandatos do Presidente Fernando Henrique Cardoso, não se fez. A reforma política não foi posta como prioridade nacional, naquela ocasião, com responsabilidade maior do PSDB, do PFL e do próprio governo Fernando Henrique. Nós também cometemos o equívoco de não colocar a reforma política no centro das preocupações. Isso não será feito agora, pois não há tempo hábil nem condições políticas para o Congresso Nacional fazer essa reforma. Espero que o próximo Congresso e o próximo Presidente da República - espero ser o Presidente Lula - tenham a consciência de que será e deverá ser a primeira reforma do ponto de vista de tempo e de prioridade real para se resolver o problema da representatividade do parlamento brasileiro.

O sistema parlamentar em que nos encontramos não responde às necessidades de representatividade que o Brasil quer. Daí essa dicotomia e as crises, pois são de ausência de maioria e de partidos políticos ideologicamente formados.

São feitas alianças, nesse sistema cujas identidades políticas e ideológicas não existem. Não há, por exemplo, identidade político-ideológica, uma aliança mais consistente entre o PT e o PL, entre o PT e o PP, entre o PT e o PTB. São partidos com ideologias muito distintas; no entanto, sem essas alianças, não se garante uma governabilidade. Dessa forma, a instabilidade do governo é muito grande, levando ao cometimento de erros às vezes profundos, como os que foram cometidos agora.

Fazemos toda essa análise e essa crítica. Sabemos que as CPIs investigarão e apurarão essas crises instaladas no Brasil, que, como disse, são de ausência de maioria e de perspectiva de uma aliança mais profunda no Congresso Nacional. Essa deficiência, em meu entendimento, levou a alianças que não deveriam ter sido feitas. Deveriam ter buscado outras alianças, e não a principalidade, com esses partidos políticos que citei e outros do Congresso Nacional.

Tudo isso permitiu que a Oposição conservadora, mais precisamente PSDB e PFL, apostassem no aprofundamento da crise. Esse é um outro lado que precisa, também, ser analisado. Essa Oposição aposta no aprofundamento da crise. Ao apostar e querer que o País não caminhe - é aquilo que o Presidente Lula chamou de urucubaca -, acredita que isso será proveitoso para o retorno das intenções neoliberais de privatizações - aliás, repito, eivadas de roubalheiras e de corrupção. Ali, sim, existia uma quadrilha que passará a ser investigada. Certamente, em especial a partir de amanhã, no Congresso Nacional, com o pronunciamento, na CPI dos Correios, do ex-tesoureiro da campanha de Eduardo Azeredo, Sr. Cláudio Mourão, a linha do novelo da corrupção começará a ser puxada, até mesmo do "tucanoduto", que nasceu em Minas Gerais, por meio da campanha de Azeredo, que beneficiou muitos. Depois, infelizmente, foi aproveitado por setores do Partido dos Trabalhadores, que, na minha visão, precisam ser punidos com todo o rigor interno do PT e com o rigor que a sociedade exige.

É preciso que o "tucanoduto" venha à tona. Ele começou aqui, a partir da campanha do Sr. Eduardo Azeredo, e não parou até hoje. Se os Deputados quiserem, tiverem interesse nesse assunto, basta assinarem a CPI que propus para investigar a origem do dinheiro do Marcos Valério em Minas Gerais. Se começarmos essa investigação, veremos que o "tucanoduto" teve muitos frutos posteriores, passou por muitos caminhos ainda desconhecidos do público, mas que eivaram várias campanhas. Em 2002, a SMP&B e a DNA ajudaram várias campanhas tucanas no nosso Estado, até mesmo a do próprio Governador. Estranhamente, em 2003, as empresas do Marcos Valério, que haviam sumido durante o governo Itamar Franco, voltaram no governo Aécio Neves. Novamente a SMP&B e a DNA apareceram em Minas Gerais. A imprensa mineira anda meio silenciosa em relação a essas questões, mas na "Folha de S. Paulo", por exemplo, saiu publicado que o Valério fez 34 ligações para o comitê do Aécio, e ficam falando em quadrilha do PT. Os Deputados do PSDB precisam ter cuidado quando sobem à tribuna. Se quiserem assinar a CPI, podemos averiguar mais profundamente os caminhos que foram postos.

Não vou entrar nesse assunto agora porque prefiro esperar o que vai ser dito pelo tesoureiro da campanha do Azeredo, Sr. Cláudio Mourão. Provavelmente há muito que ser explicado em Minas Gerais: por que R\$1.600.000,00 saíram da Cemig no dia 31/10/1998, foram para as contas da SMP&B, e, no dia seguinte, igual valor saiu das contas da SMP&B e passou, por meio de DOCs, para as contas de diversos candidatos a Deputado Federal e Estadual ligados à campanha do Eduardo Azeredo naquele ano? O dinheiro saiu direto da Cemig para a SMP&B, e da SMP&B para essas contas. Tenho toda a comprovação disso, mostrando que o "tucanoduto" foi feito com dinheiro público, com dinheiro da própria Cemig. O Ministério Público também já está verificando isso. Infelizmente, a imprensa preferiu não dar repercussão a esse fato.

Tenho diversas denúncias em relação a isso. Talvez, amanhã, o Sr. Cláudio Mourão possa esclarecer quem autorizou que esse dinheiro saísse da Cemig e fosse para lá.

Essa é parte da história do "tucanoduto" em Minas Gerais.

O Deputado Célio Moreira (em aparte)* - Obrigado, Deputado Rogério Correia. Estive na Câmara Municipal de Belo Horizonte, conversei com alguns Vereadores e sugeri a instalação de uma CPI para tratar da liberação dos recursos para as empreiteiras que trabalhavam para a Prefeitura e recebiam por meio de um bilhete azul, retirado nos bancos. Informaram-nos que o pagamento também era descontado com um papelzinho, e havia algo em torno de 10% ou 15%.

Sugeri a alguns Vereadores que apurassem essa irregularidade e também uma denúncia acerca da compra de alguns computadores na Secretaria de Administração e Saúde. Precisamos fazer esse levantamento sobre a Prefeitura de Belo Horizonte.

Acredito que amanhã, com esse depoimento, tudo será esclarecido. V. Exa. terá oportunidade de fazer, desta tribuna, seus comentários, além de expor suas suspeitas. Tudo correrá bem. Não haverá problemas.

Entretanto, Deputado, precisamos dar esse apoio para a Câmara Municipal. É preciso apurar algumas irregularidades, entre elas a remessa de dinheiro de Belo Horizonte para Brasília e São Paulo, na campanha presidencial. São algumas denúncias que chegaram e precisamos apurar.

Fiz essa sugestão a alguns Vereadores e parece-me que sairá um requerimento em que se solicita uma CPI para apurar os fatos. Os Vereadores estão bastante entusiasmados e querem trazer a público esses esclarecimentos. Não sei se isso é do conhecimento de V. Exa.

O Deputado Rogério Correia - Obrigado, Deputado Célio Moreira. Não estou por dentro dos assuntos específicos da Câmara de Vereadores. Foi Vereador por 10 anos, mas confesso que estou afastado desse assunto. Se a Câmara realmente tiver conhecimento de denúncias fundamentadas, deve evidentemente formar uma CPI.

Se V. Exa. quiser, poderá reforçar a CPI que proponho a esta Assembléia Legislativa, pois tenho dados concretos. O Dr. Cláudio Mourão, que falará amanhã, entrou com uma ação por danos morais e financeiros contra o ex-Governador Eduardo Azeredo, cobrando-lhe R\$3.500.000,00, que, segundo ele, o Governador devia por sua campanha.

Estranhamente, nesses dias, o Dr. Cláudio Mourão retirou sua ação e depois assumiu que toda a responsabilidade do caixa dois era dele. Ele terá de nos dizer por que fez isso. Na ação, ele dizia que a campanha ficou com uma dívida de R\$20.000.000,00. Ele era o tesoureiro da campanha, e o próprio Azeredo disse que ele respondia por tudo.

O Azeredo declarou legalmente para o TRE que, em sua campanha, foram gastos R\$3.500.000,00. Vejam o tamanho do caixa dois: apenas de dívidas, foram R\$20.000.000,00. E esse caixa dois veio do "valerioduto", ou melhor, do "tucanoduto" em Minas. A dívida é de R\$20.000.000,00, e a campanha, segundo denúncias, ficou em R\$53.000.000,00.

O valor do "tucanoduto" em Minas foi algo estarrecedor. Tenho documentações que comprovam tudo isso. Se instalarmos uma CPI na Assembléia, o Sr. Azeredo não ficará um mês no Senado nacional, cairá imediatamente. Tenho provas de tudo e já as enviei para Brasília. Os Deputados e Senadores sabem disso. É estranho que ele não tenha entrado na lista de cassação. Há Deputados que estão nessa lista - e deveriam realmente estar, já que usaram do "valerioduto" - por causa de R\$20.000,00, como é o caso do Prof. Luizinho - dizem que professor leva desvantagem até em "mensalão".

Já o ex-Governador Azeredo é responsável por R\$53.000.000,00 e não entrou na lista. E ele é o Presidente Nacional do PSDB. Depois vem um

Deputado desse partido falar aqui em quadrilha no PT. Se existe quadrilha no PT, vamos puni-la.

Agora, temos de punir a quadrilha do PSDB, porque não admito que Deputado generalize, dizendo que o PT é um partido de quadrilha. Caso haja problema no PT, como também há no PMDB, temos de analisá-lo e aplicar punições, mas não aceito que um Deputado encha a boca para chamar o meu partido de quadrilheiro, senão sentir-me-ei no direito de dizer que o PSDB é um partido de quadrilheiro. Para dizer isso, tenho de apresentar provas. É preciso ter cuidado, para não generalizarmos, porque isso permite que outro também o faça.

Solicito à Mesa que tome cuidado com esse tipo de fala. O próprio PSDB tem de tomar cuidado, porque, enquanto Deputado desse partido afirma que o PT é um partido de quadrilha, o Senador Eduardo Azeredo utilizou esse caixa dois, e tenho provas contundentes disso. Ele próprio confirmou que o utilizou, mas isso não me obriga a dizer que todos do PSDB são quadrilheiros, porque aqui há vários Deputados desse partido honestos e com brio, que representam a imensa maioria. Alerto ao próprio PSDB para que tenha cuidado com o que aceita no partido, porque, aceitando tudo, pode passar aperto.

As questões têm de ser analisadas. Não concordo com o Governador Aécio Neves quando diz que a CPI tem de investigar, principalmente e quase unicamente, o PT e os seus integrantes. Lerei o que o Governador andou dizendo, pois pode, em um lapso, ter exagerado em sua fala. O Governador Aécio Neves, nervoso - não sei por que anda tão nervoso em relação a essa questão do Cláudio Mourão se manifestar amanhã, porque o Cruzeiro ganhou, e ele estava satisfeito, se bem que isso aconteceu antes do início da partida -, disse o seguinte: "Temos de estar muito atentos, para não perdermos o foco das investigações, que são para tentar identificar a origem dos recursos movimentados pelo governo do PT, que beneficiou alguns parlamentares". Eles não foram movimentados pelo governo do PT, assim como esses que disse não o foram pelo governo Aécio Neves, mas pelos seus integrantes. Por que não investigarmos isso? Afinal de contas, o Senador Eduardo Azeredo continua Presidente do PSDB. Perde até a condição de investigar realmente o que está acontecendo no chamado "valerioduto", quando mantém na Presidência alguém que cometeu exatamente o mesmo delito que outros cometeram no PT, e devem ser punidos. Mas, mantendo-se esse Presidente, o PSDB fica sem moral. Seria necessário que, no mínimo, o Eduardo Azeredo fosse afastado do cargo, para que o PSDB, respondendo à sociedade, continuasse na investigação, que é legítima, pois esse partido tem esse papel, como também temos.

O Governador Aécio Neves não precisa ficar nervoso com a investigação que pretendemos fazer em relação ao caixa dois da campanha do Eduardo Azeredo e ao da campanha do Aécio Neves, com dinheiro proveniente do Marcos Valério. Isso explica as ligações feitas por este ao comitê do Aécio Neves, quando não havia nenhuma relação de publicidade e de contrato entre as empresas do publicitário e a campanha do atual Governador. Mesmo assim, as ligações foram constantes, como ficou demonstrado com a quebra do sigilo.

Se a investigação está sendo feita em relação ao PT, por que não pode ser feita em relação ao PSDB? Se está sendo feita em relação ao governo federal, por que não pode ser feita em relação ao governo do Estado?

Então, no que diz respeito a esse nervosismo, ouviremos o depoimento do Dr. Cláudio Mourão, explicando a retirada da ação e a razão de, nela, dizer que a dívida era de R\$20.000.000,00. Muito tem de ser esclarecido.

Sr. Presidente, entrando finalmente no assunto, há algumas questões a serem anunciadas, das quais o Brasil necessita muito. Creio que haja um consenso entre os diversos partidos daqui e do Congresso Nacional. Temos de unir forças para conseguir aprová-las, mesmo com o Congresso ainda paralisado devido à crise política e ao momento de cassação.

O Congresso não pode deixar de aprovar questões fundamentais para o País, independentemente do partido político. O Fundo de Desenvolvimento do Ensino Básico - Fundeb - é uma delas. O Presidente Lula enviou emenda constitucional, substituindo o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental - Fundef -, responsável pela educação brasileira de 1ª a 8ª séries, pelo Fundeb, com mais recursos, principalmente da União, para a ampliação da obrigação financeira para a educação infantil e para o ensino médio.

A criação do Fundeb totalizará mais sete anos de escolaridade obrigatória. Sua admissibilidade foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça. Solicitamos ao Deputado Rebelo, Presidente da Câmara Federal, que forme imediatamente a comissão especial a fim de que a matéria seja votada ainda este ano. Em 2006, haverá eleição, e será mais difícil. Há recursos previstos no orçamento do governo federal, caso seja criado ainda este ano. Portanto, o Fundeb deve entrar na pauta da agenda positiva e das reivindicações que setores populares farão ao Congresso Nacional.

Amanhã, a CUT, outras centrais sindicais e movimentos populares estarão no Congresso Nacional solicitando a aprovação de alguns projetos importantes. Entre eles, estão a chamada MP do Bem - parece que há um acordo -, o Fundeb e a Emenda à Constituição nº 29. Esta é palco de diversas disputas. Há um projeto de lei tramitando no Congresso que a regulamentada. Com isso, não haverá mais dúvidas sobre o que é investimento no SUS: os Municípios são obrigados a 15%, os Estados a 12% e a União a 15%. Há muita briga quanto ao fato de isso ser feito corretamente, conforme o Conselho Nacional de Saúde.

Hoje é Dia do Médico, e fazemos essa homenagem no sentido positivo para que o Congresso Nacional e o Deputado Aldo Rebelo coloquem a Emenda nº 29 na pauta de votação para que seja aprovada. É fundamental que seja aprovada este ano. Ambas, a saúde e a educação, têm essas questões fundamentais que devem ser votadas em 2005.

Quando veio ao Palácio da Liberdade, o Presidente Lula anunciou envio de recursos para a Santa Casa, destinados ao término da construção de um hospital, às margens do Arrudas, próximo à Câmara, cujas obras foram interrompidas há anos. No mesmo dia, falou sobre o "Brasil Sorridente". Esse programa é muito importante. Em Minas Gerais, 66 Municípios serão beneficiados.

Em Itamonte, foi inaugurado um desses centros. Os dados relativos à saúde bucal do povo brasileiro são desfavoráveis. Conforme pesquisa feita pelo Ministério da Saúde em março de 2004, 13% dos adolescentes brasileiros nunca foram ao dentista; 20% da população já perderam todos os dentes; e 45% dos brasileiros não têm acesso regular à escova de dentes. Isso levou o governo federal a fazer o novo programa Brasil Sorridente. Espero que o Governador não lance um programa com nome semelhante aqui, porém sem recursos. É de praxe o Governador fazer isso, e poderia lançar um programa semelhante, modificando apenas o nome e lançando o Minas com Dente. É perigoso fazer um plágio, portanto vamos falar do programa Brasil Sorridente, do governo federal.

Além disso, 66 Municípios criarão o Centro de Especialidades de Odontologia. Em Minas Gerais, Itamonte foi um dos primeiros Municípios a inaugurarem esse serviço, que fará o atendimento para a saúde bucal, incluindo a prevenção e trabalhos mais complexos de odontologia.

Esse problema sempre me encabulou, pois temos centros de saúde, mas, em relação à saúde bucal, o País deixa a desejar mais do que em relação ao tratamento de outras doenças. Na época, o Presidente Lula, homem do povo que é, chamava a atenção para esse fato. Acordar de madrugada com dor de dente ou passar o final de semana com o dente doendo é coisa que, infelizmente, ainda acontece com grande parte do povo brasileiro.

Outro fato é o acordo feito entre os governos federal e estadual para colocar em execução o programa Luz para Todos. Estou apresentando um

requerimento na Comissão de Assuntos Municipais para uma discussão sobre esse acordo. Esse programa está muito atrasado em Minas Gerais. O Sr. Aluísio Vasconcelos telefonou-me dando a notícia do fechamento do acordo entre a Eletrobrás e a Cemig para a execução do programa Luz para Todos em Minas Gerais, que será assinado no dia 24 de outubro, no Rio de Janeiro. O governo federal acenava com R\$5.000,00 por ponto de ligação, e o governo estadual reivindicava em torno de R\$9.000,00. O acordo foi feito em torno de R\$6.100,00 por ponto de ligação. O governo terá um programa de 93 mil pontos de ligação, necessários para abastecer de luz todas as casas de Minas Gerais, no total de R\$570.000.000,00; 75% ficarão a cargo da Eletrobrás e 25% serão rateados entre a Cemig e o governo do Estado.

A licitação já estava pronta, os problemas já foram resolvidos e esse programa dará condições ao governo Aécio e ao governo Lula de estabelecerem esses 93 mil pontos de ligação. Estamos dando essa notícia para a Assembléia Legislativa em primeira mão, mas já foi dada no jornal "Estado de Minas". Estou propondo uma discussão para termos clareza a respeito da forma como esse programa será implantado nos Municípios.

Trata-se de tópicos positivos que fazem com que tenhamos esperança de que o Brasil seguirá a trilha de um desenvolvimento sustentado, em que se resolverão os problemas do povo, havendo assim, divisão de renda e melhoria nas áreas sociais, desejo de todos nós, independentemente da coloração partidária. Não podemos permitir que a crise política paralise esse processo. Acho incorreto setores da Oposição conservadora se valerem da crise política, não para resolver problemas como a reforma política ou para apurar fatos, mas para gerar crise e perpetuá-la, para que nada funcione, achando que, com isso, ganharão algum apoio partidário. Não ganharão. Não ganharão nada, a não ser o descrédito da vida política brasileira.

É obrigação de todos nós, brasileiros, exigir do governo federal que dê andamento à agenda positiva. E é isso que fará o movimento popular, a CUT, os movimentos sociais ao exigir do Congresso Nacional e do governo que o País caminhe no cumprimento das tarefas e das obrigações sociais. Esses foram os tópicos preparados por mim na expectativa de construirmos um Brasil melhor para todos.

Termino respaldando a Deputada Jô Moraes. O referendo a acontecer no próximo domingo representa um avanço para a democracia brasileira, tendo em vista que as consultas populares, aliás, são pouco utilizadas no Brasil. Na história do Brasil, houve apenas três consultas populares: duas relativas à forma de governo, parlamentarista ou presidencialista - em ambas o presidencialismo obteve vitória - e a do próximo domingo, que, embora importante, representa muito pouco quantitativamente. Pelo fato de outros países as utilizarem quantitativa e consistentemente, possibilitou-lhes avanços interessantes. O Uruguai, na onda neoliberal de privatizações, por meio de plebiscito, permaneceu intacto na privatização de empresas estratégicas. Quando o povo foi às urnas para autorizar a venda de estatais estratégicas, derrotou-se a privatização de empresas de petróleo, energia elétrica, telecomunicações, por meio de plebiscito em que o povo disse "não" à privatização proposta pelo governo.

A consulta popular é um mecanismo importante, e esse referendo também é fundamental. Tem-se feito uma confusão, mas, na verdade, já se aprovou o Estatuto do Desarmamento, incluindo-se a proibição da venda de armas no Brasil, portanto o comércio legal de armas foi proibido. Parte do Congresso ressalvou que esse item deveria ser votado, apesar de já aprovado. Por isso, o referendo. A população dirá "sim" ou "não" ao que foi aprovado no Congresso Nacional. Está-se fazendo uma confusão dizendo que agora o governo levantou essa questão para não se discutir crise política, o que não é verdade. O Congresso Nacional é quem quis realizar o referendo e, para isso, marcou a data, uma atitude correta.

A questão é extremamente polêmica por dividir opiniões. Entretanto, o fato de realizar o referendo traz o debate da violência e de como minimizá-la. O Brasil tem 17 milhões de armas, número bastante elevado, e, segundo estatísticas, excetuando-se a Venezuela, é o segundo País em número de homicídios. E uma das causas, apesar de não absoluta, é o comércio legal de armas, por meio do qual os bandidos - pelo menos 30% deles - adquirem-nas e causam a morte de muitos.

Pessoas honestas compram a arma, e ela acaba nas mãos do bandido. A proliferação de armas facilita seu uso pelos bandidos. Não estou falando do traficante, que compra armas no comércio ilegal, a exemplo do AR-15, entre outras. Esse tipo é adquirido no comércio ilegal pelos traficantes. Todavia, o bandido comum, que promove assaltos, geralmente usa armas de pequeno porte, que são produzidas e comercializadas no Brasil. Isso sem falar nos acidentes e na violência. Se conseguirmos aprovar o referendo, votando "sim", teremos possibilidade de diminuir o número de mortes por armas de fogo.

As estatísticas demonstram que os países que votaram "sim", que proibiram o comércio de armas, diminuíram o número de armas nas mãos dos bandidos. Ressalto, ainda, o número de mortes que ocorrem acidentalmente ou por outro tipo de crime. É impressionante como o número de crimes por armas de fogo aumenta em feriados prolongados, o que se dá também em virtude do uso de bebidas alcólicas, entre outros fatores.

Portanto, teremos condições de frear, puxar para baixo o índice alarmante de mortes por armas de fogo no Brasil. Essa é a essência do "sim". A Deputada Jô Moraes, com muita propriedade, expôs essa questão. Sr. Presidente, agradeço-lhe o tempo concedido pelo art. 70.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Obrigado, caríssimo Presidente, Deputado Fábio Avelar. Saúdo V. Exa. e os Deputados Dinis Pinheiro, Rogério Correia e Ermano Batista, a TV Assembléia e nossos assessores.

Sr. Presidente, farei algumas reflexões, por entender que são oportunas e necessárias. Em primeiro lugar, saúdo todos os médicos pela data de hoje. Mais tarde, às 20 horas, realizaremos, em virtude de requerimento deste Deputado e do Deputado Doutor Ronaldo, neste Plenário, uma reunião especial em homenagem ao Hospital Mater Dei. Portanto, saudaremos o hospital pelo seu jubileu de prata. São 25 anos de serviços prestados a Minas Gerais e ao Brasil. A capacitação profissional extraordinária demonstra o que o Hospital Mater Dei representa no contexto de Minas Gerais e do Brasil. Não poderíamos deixar de fazer essa homenagem no Dia do Médico. Homenagearemos o Dr. José Salvador, Presidente da instituição, bem como todos os médicos e servidores do Mater Dei.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, ressalto que, na semana passada, no dia 11, tive o prazer de acompanhar o Governador Aécio Neves ao Município de Itutinga, para inaugurar um trecho de asfalto que liga essa cidade a Carrancas. Tenho o privilégio de ser Deputado majoritário nesse Município, que tem como Prefeito o Prof. Fabiano Ribeiro do Vale, ex-Reitor da Universidade Federal de Lavras. Hoje, à frente da Prefeitura, tem-se destacado, pois é um grande empreendedor. Então, estivemos, na terça-feira, à tarde, no Município de Itutinga e, posteriormente, fomos a Carrancas.

Foi um momento muito feliz para os dois Municípios. Há mais de 50 anos, postulava-se o asfaltamento desse trecho. O Governador Aécio Neves, com sua visão extraordinária, de grande estadista e administrador, quis premiar, garantir, restabelecer o pensamento dos moradores da região, que havia muito tempo clamava por essa ligação asfáltica.

Faço questão de dizer isso, porque vimos a presença maciça de toda a região. Posteriormente estivemos na cidade de Lavras, onde o Governador foi homenageado na abertura dos Jimi, promovidos pela Prefeitura Municipal e pela Sedese, aqui acompanhados pelo Secretário

Marcos Montes.

Gostaria também, Sr. Presidente, de saudar minha querida terra: Andradas. No último sábado, a equipe desse Município teve o privilégio, com galhardia e determinação, de ser a vencedora da Copa Futsal, promovida pela Rede Globo, EPTV, e não poderia ser diferente. É a 16ª edição. Tive o prazer de estar lá no dia dessa festividade. Todos os andradenses estão felizes de ter uma equipe do quilate do Andradas Futebol Clube, que se consagrou campeão em sua categoria, pelo seu profissionalismo e pela sua maneira de conduzir os esportes na representatividade do Município. Saúdo a ilustre Prefeita Margot Pioli e o Sr. Alexandre Franco, Presidente da Câmara.

Estivemos também, naquele dia, participando de uma festa muito bonita: Minas ao Luar. Por meio de nosso pedido e da Prefeita, estiveram lá o Sesc e o Senac, participando e apresentando uma beleza de espetáculo com presença de grandes artistas, como Valdir Rodrigues, Valdir Silva e outros mais no Estádio Azulão. Vivemos momento feliz em Andradas, no sábado.

Também quero manifestar, Sr. Presidente, que, graças à iniciativa e à determinação da Prefeita Margot e dos Vereadores, estamos, aos poucos, resgatando a tranquilidade da população de Andradas. Por meio de várias audiências, das quais participamos aqui, com o Secretário Anastasia e com o Comandante-Geral da Polícia Militar, estamos resgatando a segurança e tranquilizando a população de Andradas com um policiamento muito maior, mais ostensivo e mais preventivo.

O próprio Secretário, atendendo a nossas reivindicações, determinou maior número de policiais, com abertura de várias possibilidades de segurança para todo o Município e a região. Sentimos realmente que hoje estamos vivendo com mais tranquilidade. Tanto a Polícia Civil quanto a Militar estão literalmente envolvidas com a questão da segurança pública de Andradas, o que nos dá tranquilidade. Com a Prefeita Margot, nesta semana, dando prosseguimento aos nossos projetos, teremos audiência com vários Secretários, particularmente visando à segurança pública do Município.

Gostaria também, Sr. Presidente, de manifestar a nossa satisfação por ter participado ontem da abertura do Fórum dos Supermercados de Minas Gerais e do Brasil, pela Associação Mineira de Supermercados - Amis -, por intermédio do Presidente José Nogueira, numa recepção muito calorosa. Tudo isso demonstrou que Minas Gerais é o melhor lugar para se investir no Brasil. Várias empresas estarão presentes, até quarta-feira, nessa feira, quando estarão reunidos expositores e principalmente investidores no setor da indústria mineira, que tem gerado empregos, traduzindo em fortalecimento para todas as regiões do Estado.

Vale a pena, caríssimos Deputados, fazer uma visita à Gameleira para conhecer de perto o que Minas está produzindo. Nosso Secretário Brumer, que lá esteve, manifestou o contentamento do governo Aécio Neves, do governo de Minas Gerais, em recepcionar grandes empresas, que trarão desenvolvimento. Há várias gestões para o empresariado do Brasil, que procura investir em Minas Gerais.

Temos a satisfação de anunciar que, no próximo dia 21, sexta-feira, às 14 horas, estaremos no Município de São Gonçalo do Sapucaí. Neste momento faço uma saudação ao Dr. Akira Yamaguchi, particularmente nosso querido Prefeito, e ao Vereador Antony Barouch, Presidente da Câmara, assim como a todos os Vereadores. Estaremos nessa cidade para, oficialmente, instalar a TV Assembléia, canal 19, que, a partir dessa data, poderá conhecer todo o trabalho da nossa Assembléia Legislativa por meio de um verdadeiro canal da cidadania. Congratulo-me com o Presidente da Câmara, com os Vereadores, Vereadoras e com toda a comunidade de São Gonçalo do Sapucaí, que recepcionará o canal 19.

Agradeço, de maneira especial, ao Presidente da Casa, Deputado Mauri Torres, a toda a nossa assessoria, destacando o Feijó e todos que não mediram esforços para a instalação da TV Assembléia no Município de São Gonçalo do Sapucaí.

Registro também, com muita alegria, que, no sábado próximo passado, tivemos no Sul de Minas a presença do Ministro da Saúde, Saraiva Felipe, que foi recepcionado pelo Prefeito Cobrinha, do Município de Borda da Mata. Estivemos presentes mostrando o nosso contentamento em recepcionar o ilustre convidado que tanto tem feito pela saúde de Minas Gerais, da região e do Brasil. Foi a primeira vez que um Ministro de Estado visita Borda da Mata, a qual tenho a honra também de representar nesta Casa.

Fica aqui a minha saudação ao Prefeito Cobrinha, aos nossos Vereadores e à toda comunidade de Borda da Mata. Sem dúvida alguma, é muito importante a presença do Ministro da Saúde, quando foi conhecer de perto todo o trabalho que o Prefeito tem feito, particularmente na área da saúde, em Borda da Mata.

Sr. Presidente, comunico que amanhã estaremos realizando uma importante audiência pública, a fim de discutir um projeto de lei de nossa autoria, em que se procura tornar Monte Verde em uma estância climática. Em Minas Gerais, não há uma legislação adequada, específica para essa matéria. Quem conhece Monte Verde pode traduzir suas belezas, seu clima e, particularmente, a qualidade de vida que tem o povo do Distrito de Camanducaia.

Essa audiência pública, na Comissão de Turismo, procurará ouvir todos os convidados e os nossos expositores para que esse projeto em tramitação possa receber parecer das comissões temáticas e vir a Plenário a fim de ser convertido em lei. Trata-se de um propósito, de uma aspiração, há muito tempo, dessa comunidade.

Considerando não haver uma legislação específica sobre a matéria, registramos nossa satisfação pela participação da assessoria da nossa Comissão, que cuidou de estudar a sua constitucionalidade, legalidade e juridicidade. Com certeza, será um exemplo de Minas para outros Municípios.

Sr. Presidente, como relator e autor da Comissão das Estâncias Hidrominerais, quero dizer que o governo Aécio Neves tem procurado atender às reivindicações da nossa Comissão, liderada pelo Presidente Dilzon Melo, quanto ao conhecimento das nossas estâncias. Em face da entrega do nosso relatório ao Governador e ao Secretário de Turismo, Herculano Anghinetti, vários Municípios já estão recebendo as visitas de técnicos, que procuram inteirar-se mais quanto às proposições apresentadas nas nossas reivindicações, procurando a revitalização das estâncias e, particularmente, o melhor encaminhamento necessário.

Com grande satisfação, registro que a Comissão de Constituição e Justiça, com os nossos Deputados, tem encaminhado de maneira efetiva inúmeros projetos, os quais temos discutido e apreciado. Conseqüentemente, temos realizado importantes gestões e ações necessárias, para que a nossa Comissão possa dar respaldo e sustentabilidade a outras comissões temáticas desta Casa.

Registro essa saudação e os momentos importantes vividos pelo parlamentar em seu dia-a-dia, em Andradas, Jacutinga, Borda da Mata, Ouro Fino, minha terra natal, e demais Municípios que temos percorrido. Temos dado sustentabilidade aos nossos companheiros, aos nossos amigos, aos nossos municípios. São essas as nossas considerações.

Mais uma vez, renovamos o convite para que hoje possamos saudar e homenagear o Hospital Mater Dei, tão bem presidido pelo Dr. José Salvador.

O Deputado Dinis Pinheiro (em aparte)* - Agradeço ao brilhante Deputado Dalmo Ribeiro Silva, extremamente participativo, que enaltece sobremaneira esta Casa, e parabenezo-o por seu discurso.

Farei uma rápida ponderação em relação ao pronunciamento do Deputado Rogério Correia, homem inteligente, sério, participativo e atuante, que, todavia, incorreu em alguns erros e injustiças em seu pronunciamento. Realmente existe um questionamento em relação a uma figura pública do PSDB, que já conduziu os destinos de Minas Gerais e que, recentemente, teve a oportunidade de prestar as devidas e necessárias informações. Nossas manifestações devem ser realizadas com bastante cautela, prudência, atenção e, acima de tudo, zelo.

Permanecendo na linha de raciocínio do ilustre Deputado Rogério Correia, eu e certamente os mineiros e brasileiros não teríamos dúvidas em solicitar o afastamento ou o licenciamento do Presidente Lula. Seu Chefe de Gabinete está totalmente envolvido em denúncias; seu filho está sujeito a uma investigação extremamente rigorosa, pelo fato de sair da condição de professor para, em três meses, ser sócio de uma firma de capital de mais de R\$5.000.000,00; o Ministro, seu braço direito, já se foi; o tesoureiro da campanha ficou nacionalmente e internacionalmente conhecido como o "professor do caixa dois"; o Ministro da Fazenda, integrante do núcleo duro, forte, vigoroso do governo federal, está sendo questionado, bem como sua administração quando Prefeito de Ribeirão Preto, por suas ligações e seus relacionamentos com alguns integrantes desses atos de corrupção a que assistimos.

Observamos também a utilização de recursos jamais vistos na propaganda do governo federal, capitaneados pelo professor e mestre Duda Mendonça; pelo Marcos Valério, todo o Brasil já conhece.

Ilustre Deputado, o nosso pronunciamento precisa se ater ao zelo e ao cuidado. Por exemplo, admiro muitos Deputados do PT, muitos setores e elementos do governo federal e de inúmeras administrações petistas, e, entre elas, ressalto a de Belo Horizonte. O Prefeito é moderno, ousado, inteligente e tem promovido parcerias construtivas com o governo de Minas. O Estado, aliás, todo o Brasil, está se deparando com este governo federal: lamentavelmente o Presidente ou participou de todo esse processo de corrupção ou de nada sabe. Se de nada sabe, não governa nem o quintal da sua casa.

Quanto ao governo de Minas, a figura pública do nosso Governador dispensa comentários. Minas vive um momento maravilhoso, com um crescimento muito acima da média do nosso país, levando asfalto, gerando empregos, investimentos para a saúde e valorizando o servidor. As ações do nosso Governador são firmes, vigorosas e perenes para preparar efetivamente Minas para gerações vindouras. O Deputado Rogério Correia comete um erro ao dizer que o Governador Aécio Neves está preocupado, ansioso, mal-educado e grosseiro. Ora, observa-se que o nosso Governador vive um momento maravilhoso, da mesma maneira que Minas. Domingo, encontrava-se alegre, sorridente, feliz e jogou futebol, fazendo tabelinha até com o nosso rei Reinaldo, do Atlético Mineiro.

O Governador Aécio Neves está feliz, tendo oportunidade de participar desses momentos de confraternização e administrando o Estado com austeridade, correção e capacidade. É assim que se faz. Externo aqui essa minha ponderação para que o Deputado Rogério Correia faça uma reflexão mais sensata, justa e correta. Ilustre Deputado Dalmo Ribeiro Silva, obrigado.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Deputado Dinis Pinheiro, muito obrigado. Faço coro à manifestação de V. Exa. Tenho tido uma convivência muito íntima com o nosso Governador. Viajo sempre com ele. Realmente não há como avaliarmos e mensurarmos o temperamento da pessoa pelo jornal. O Governador está absolutamente tranquilo, sereno e com muita vontade de resgatar Minas ao caminho certo. Isso tem sido feito. Ele foi elogiado pelo próprio Presidente Lula na última vez em que o Presidente esteve no Palácio da Liberdade.

Teço minhas homenagens não somente a várias pessoas de Andradas, mas também ao Clube dos Jipeiros que, num grande momento, reuniu-se em Andradas, no sábado e domingo.

Sr. Presidente, solicito o encerramento da reunião por falta de quórum.

* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 18/10/05, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Dimas Fabiano

exonerando Carlos Otávio Nogueira do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas;

nomeando Arlete Gonçalves dos Santos para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas.

Gabinete do Deputado Paulo César

nomeando Eloisa Helena de Lima para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas.

Nos termos do inciso VI do artigo 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, à vista do disposto no artigo 40, I, da Constituição Federal, com a nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/03, das disposições contidas na Lei Complementar nº 64, de 25/3/02, nos artigos 105 e 106 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, e no laudo médico da Coordenação de Saúde e Assistência, datado de 14/6/05, assinou o seguinte ato:

aposentando, por invalidez permanente, a partir de 14/6/05, com proventos calculados em conformidade com os §§ 3º e 17 do art. 40 da Constituição Federal, com a Lei Federal nº 10.887, de 18/6/04, o servidor Miguel Resende Almeida, ocupante do cargo de Técnico de Apoio Legislativo, nos termos da Lei nº 15.014, de 15/1/04.

Nos termos do inciso VI do artigo 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, à vista do disposto no artigo 40, I, da Constituição Federal, com a nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/03, das disposições contidas na Lei Complementar nº 64, de 25/3/02, nos artigos 105 e 106 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, e no laudo médico da

Coordenação de Saúde e Assistência, datado de 11/7/05, assinou o seguinte ato:

aposentando, por invalidez, a partir de 9/7/05, com proventos integrais, calculados em conformidade com os §§ 3º e 17 do art. 40 da Constituição Federal, com a Lei Federal nº 10.887, de 18/6/04, a servidora Rosemary Galdino Moreira, ocupante do cargo de Agente de Execução das Atividades da Secretaria, nos termos da Lei nº 15.014, de 15/1/04.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: RPS RIOS, Projetos e Sistemas Ltda. Objeto: manutenção do SAFCI - Sistema Informatizado de Administração Financeira e Controle Interno. Objeto do aditamento: primeira prorrogação e manutenção do preço. Vigência: 1º/1/2006 a 31/12/2006. Dotação orçamentária: 901122.001.2-009.000133903900.